



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 085/086

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE AGOSTO DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PP ..... Cida Borghetti  
PT ..... Tadeu Veneri  
PDT ..... Barbosa Neto  
PL ..... Mauro Moraes  
PPS ..... Waldir Leite

### Representação Partidária

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **Sem Partido** - 03: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto - Mauro Moraes; **PL** - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 01: Carlos Simões.

**DIÁRIO Nº 085****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>02</b>
<b>Expediente:</b>	
Mensagens .....	03
Ofícios .....	05
Indicações .....	06
Requerimentos .....	07
Projetos de Resolução .....	14
Projetos de Lei .....	15
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Plauto Miró Guimarães .....	18
Dep. Barbosa Neto .....	20
Dep. Ratinho Júnior .....	21
Dep. Reni Pereira .....	22
Dep. Elton Carlos Welter .....	23
Dep. Elio Rusch .....	24
<b>Grande Expediente:</b>	
Sr. Rui da Silva - Coord. Pol. da	
Com. dos Serv. Públicos .....	24
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PFL:	
Dep. Plauto Miró Guimarães ....	19
Liderança do PSB:	
Dep. Reni Pereira .....	22
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto .....	29
Liderança do PT:	
Deputado Ângelo Vanhoni .....	30
Liderança do PSDB:	
Dep. Valdir Rossoni .....	31
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	32
Discussão / Votação:	
2ª Discussão .....	32
1ª Discussão .....	39
Requerimentos .....	44
<b>Encerramento da Sessão Ordinária.....</b>	<b>45</b>
<b>Transcrições .....</b>	<b>45</b>
<b>Publicações:</b>	
Diretoria Geral:	
Despacho do Diretor .....	47
Ata de Comissão	
Redação .....	48

**DIÁRIO Nº 086****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>49</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>49</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>49</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	49
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	50
Discussão / Votação:	
Discussão Única (Proposição) ...	51
3ª Discussão .....	53
2ª Discussão .....	53
1ª Discussão .....	53
Requerimentos .....	55
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>55</b>

**085ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 080ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
23 DE AGOSTO DE 2005**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Geraldo Cartário e Nereu Moura.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner,

Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpe-llini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Mil-tinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Jus-tus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaú-cho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se ausentes o Sr. Deputado André Vargas e a Sra. Deputada Elza Correia (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Pre-sidente declara aberta a Sessão Ordinária.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos traba-lhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Mensagens***

MENSAGEM Nº 036/2005

Curitiba, 17 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a proceder, por intermédio do Instituto Educacional do Paraná - FUNDEPAR, cessão de uso ao Município de Paranavaí, do imóvel constituído pelo lote nº 1/13-C/48-D/48-P, da quadra 01 do Jardim Novo Canadá e lote 48D, antiga Rua Paraná e lote 48-P, subdivisão da chácara 48 (área de 3.627,34 m2), perímetro urbano, bens esses de propriedade do referido Instituto, conforme matrícula nº 6.420, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí.

O plano de lei em causa consulta plenamente aos elevados interesses públicos, eis que o Cessionário irá utilizar o imóvel acima descrito, exclusivamente na implantação de espaço cultural que contemplará os estabelecimentos de ensino da rede municipal e da estadual do Município.

Por oportuno, merece destacar que no texto do anteprojeto de lei em causa, constam dispositivos expres-sos quanto ao prazo de duração da cessão e possibilidade de sua renovação e, ainda, de permissão para o FUNDE-PAR retomá-lo a qualquer tempo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova-ção, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

### **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio do Instituto Educacional do Paraná - FUNDEPAR, autori-zado a ceder o uso, a título precário e gratuito, ao Municí-pio de Paranavaí, o imóvel constituído pelo lote nº 1/13-C/48-D/48-P, da quadra 01 do Jardim Novo Canadá e lote 48-D, antiga Rua Paraná e lote 48-P, subdivisão da chácara 48 (área de 3.627,34 m2), perímetro urbano, bens esses de propriedade do referido Instituto, conforme matrícula nº 6.420, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será destinado exclusivamente para implantação de espaço cultural que contemplará os estabelecimentos de ensino da rede municipal e da estadual do Município de Paranavaí, podendo o mesmo ser retomado a qualquer tempo pelo FUNDEPAR.

Art. 3º A cessão de uso terá duração de 05 (cinco) anos, que poderá ser prorrogada, por igual período, medi-ante consenso entre as partes, permanecendo a entidade cessionária com a responsabilidade pela guarda, proteção e conservação do bem cedido e pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### **À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 037/2005

Curitiba, 17 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a efetuar reversão, mediante doação, ao Município de Astorga, do imóvel constituído pela data de terras nº 11, da quadra 09, com 800,00 m2, localizado do Patrimônio Astorga, conforme matrícula sob nº 4.287, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca.

A medida objetivada pelo plano de lei ora encami-nhado a essa Casa, consulta aos superiores interesses públicos, eis que o imóvel em questão, hoje integrante do patrimônio estadual por doação feita pelo Município de Astorga para construção de prédio onde funcionaria uma

Agência de Rendas, finalidade esta considerada desnecessária e não utilizada. Agora, tal imóvel, uma vez aprovada a lei proposta, retornará ao patrimônio municipal, no qual, em cumprimento a convênio firmado, o Município de Astorga implantará projeto denominado “Bombeiro Comunitário”.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar reversão, ao Município de Astorga, do imóvel constituído pela data de terras nº 11, da quadra 09, com 800,00 m2, localizado do Patrimônio Astorga, conforme matrícula sob nº 4.287, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Astorga.

Art. 2º A área em questão será destinada à implantação do projeto “Bombeiro Comunitário”, retornando ao patrimônio do Estado, caso for comprovado destino diverso.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 038/2005

Curitiba, 17 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de vir à presença de V. Exa. para, em conformidade com o preceito contido no artigo 66, inciso I, da Carta Estadual, submeter à elevada apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, no Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, 23 (vinte e três) cargos de provimento em comissão, de Diretor de Unidade Sócio-Educativa, símbolo DAS-5.

O plano de lei ora submetido a essa Casa de Leis consulta aos superiores interesses públicos e consubstancia o resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social; da Administração e da Previdência; e do Planejamento e Coordenação Geral, cujas conclusões apontam a necessidade de criação dos pretendidos cargos em comissão, com os quais a estrutura do Instituto de Ação Social do Paraná virá desempenhar com toda a eficiência e plenitude as importantes atribuições da entidade. As despesas decorrentes da pretendida medida serão atendidas por dotações orçamentárias consignadas ao IASP.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam criados, no Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, 23 (vinte e três) cargos de provimento em comissão, de Diretor de Unidade Sócio-Educativa, símbolo DAS-5.

Art. 2º Aos ocupantes dos cargos de que trata o artigo anterior são, através do Regulamento do IASP, aprovado por Decreto, definidas atribuições junto à estrutura organizacional da Entidade.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas por dotações orçamentárias consignadas à Entidade, em cuja estrutura estão sendo criados os cargos mencionados no artigo 1º desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 039/2005

Curitiba, 17 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, os lotes de terras designados pelas letras “G”, “E” e “C”, com áreas respectivas de 2.415,10 m2; 2.372,50 m2 e 8.181,97 m2, situadas no bairro do Atuba, nesta Capital, objeto de parte da Transcrição nº 5.136 do Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba.

A presente proposição consulta aos superiores interesses da Administração eis que, com a doação das referidas áreas à COHAPAR, haverá condições no sentido de que a referida Companhia de Habitação regularize a situação de ocupação por famílias de funcionários ativos e inativos do Departamento de Estradas de Rodagem, não só no aspecto de domínio legal das propriedades, como também financiando construções e reformas das residências.

O plano de lei em referência retrata o resultado de estudos conjuntos da Secretaria de Estado da Administra-

ção e da Previdência, do Departamento de Estradas de Rodagem e da Companhia de Habitação do Paraná, cujas conclusões demonstram que a medida legal ora proposta faz-se indiscutivelmente necessária e oportuna.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, os lotes de terras designados pelas letras 'G', 'E' e 'C', com áreas respectivas de 2.415,10 m<sup>2</sup>; 2.372,50 m<sup>2</sup> e 8.181,97 m<sup>2</sup>, situadas no bairro do Atuba, nesta Capital, objeto de parte da Transcrição nº 5.136 do Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba, com as seguintes descrições:

**Lote "G"** - com área de 2.415,10 m<sup>2</sup>, fazendo frente para a Avenida Monteiro Tourinho onde mede 35,50 m, por 64,50 m do lado direito de quem daquela Avenida olha o terreno, confrontando com a Rua (E 247 H) por 68,00 m do lado esquerdo, segundo a mesma orientação, confrontando com a Rua (E 247 I), por 29,00 m na linha dos fundos onde confronta com a Rua Modesto Piccoli;

**Lote "E"** - com área de 2.372,50 m<sup>2</sup>, fazendo frente para a Avenida Monteiro Tourinho onde mede 25,00 m por 68,00 m do lado direito de quem daquela Avenida olha o terreno, confrontando com a Rua (E 247 I) por 74,00 m do lado esquerdo, segundo a mesma orientação, confrontando com a Rua (E 247 J), por 32,50 m na linha dos fundos onde confronta com a Rua Modesto Piccoli;

**Lote "C"** - com área de 8.181,97 m<sup>2</sup>, fazendo frente para a Avenida Monteiro Tourinho onde mede 28,50 m por 76,50 m do lado direito de quem daquela Avenida olha o terreno, confrontando com a Rua (E 247 J) por 101,00 m do lado esquerdo, segundo a mesma orientação, confrontando com a Rua (E 247 K), por 81,00 m na linha dos fundos onde confronta com a Rua Modesto Piccoli.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º desta lei serão utilizados pela COHAPAR para a promoção da regularização fundiária da localidade e construção de moradias populares, retornando automaticamente ao patrimônio estadual, caso seja desvirtuado o seu uso.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

## Ofícios

Sob o nº 591/2005, do Sr. Rubens Ghilardi - Diretor Presidente da COPEL, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre participação acionária à COMPAGÁS. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 720/2005, do Sr. Rubens Ghilardi - Diretor Presidente da COPEL, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Rafael Greca que pede esclarecimentos sobre o sistema elétrico do Paraná será transferido para operador nacional do sistema. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1877/2005, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pela Deputada Cida Borghetti, que pede esclarecimentos sobre Hospital Colônia Aduino Botelho. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1600/2005, do Sr. Milton Riquelme de Macedo - Procurador-Geral de Justiça, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Tadeu Veneri, que pede esclarecimentos sobre processo judicial tratando da destinação de honorários e verbas de ações. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 324/2005, do Sr. Luiz Eduardo Cheida - Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre extermínio de 34 árvores centenárias do Parque do Honório em Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 564/2005, do Sr. Waldyr Pugliesi - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre revista Porto de Paranaquá - 70 anos. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CTL/CC 129/2005, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, encaminhando os Projetos de Lei nºs 304, 325, 332, 334, 354 e 362/2005, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 85/2005, do Sr. Martinho Cândido Velloso dos Santos - Diretor da Infra-Estrutura Aquaviária, comunicando convênio celebrado entre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e a Administração dos Portos de Paranaquá e Antonina, com interveniência do Governo do Estado, para atender as obras de Construção de Complexos Administrativos Portuários e construção de instalação portuária para ins-

peção fitossanitária no Porto. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 364/2005, do Sr. Cilair Rodrigues de Abreu - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, comunicando celebração de convênio com a EMBRAPA Florestas, objetivando adquirir equipamentos para sistemas produtivas de base familiar, e liberação de recursos financeiros. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 477 e 493/2005, do Sr. José Henrique Paim Fernandes - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros a Secretaria de Estado da Educação, para execução dos Programas PNATE e PEJA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 402/SPOA/MDA, do Sr. Cilair Rodrigues de Abreu - Sub-secretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento Agrário, comunicando celebração de convênio com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, objetivando a realização de pesquisa de campo para levantamento do preço de terras na região do Estado do Paraná para compor a base de dados do Sistema de Monitoramento do Mercado de Terras - SMNT. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 138/2005, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, encaminhando para os devidos fins, os Projetos de Lei nºs 269/2004, 688/2003, 257/2004, 314/2004 e 358/2004, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC 101, 137 e 144/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

444/2004: De autoria do Deputado Alexandre Curi que, denomina de Escola Estadual Carmem Boazar de Lima, a unidade nova do Recanto das Águas, estabelecimento educacional localizado no Município de Piraquara, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.774. **Anote-se - Arquite-se.**

192/2005: De autoria dos Deputados Padre Paulo Campos e Tadeu Veneri que, concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Anuar Battisti, Arcebispo de Maringá, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.817. **Anote-se - Arquite-se.**

352/2005: De autoria da Deputada Cida Borghetti que, autoriza o Paranaaprevidência a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica, à 9ª Subdivisão Policial de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.822. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC 133/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 365/2005, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 134/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 083/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 135/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 96/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 136/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 130/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 139/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 115/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 140/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 174/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 141/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 215/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 142/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 111/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos e outros, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 143/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 161/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

## Indicações

### INDICAÇÃO Nº 033/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A alteração do salário referência de R\$ 228,41 para R\$ 300,00 aos professores universitários aposentados.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

### INDICAÇÃO Nº 034/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A criação do Quadro de Professor Sênior no Ensino Superior do Paraná com aproveitamento dos professores aposentados.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

### INDICAÇÃO:

Senhor Presidente:

Em função da desfiliação do Deputado Ailton Araújo, do PTB, membro da CCJ desta Casa, com base no artigo 44 parágrafo 5º, Inciso V, do Regimento Interno, vimos indicar o Deputado Carlos Simões, em substituição ao referido Parlamentar da Comissão de Constituição e Justiça, representando o Partido Trabalhista Brasileiro.

Na oportunidade renovamos as nossas homenagens de consideração e respeito.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

Líder do PTB

### INDICAÇÃO:

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que o ilustre Deputado Marcos Isfer irá compor a Comissão Especial de Investigação dos Caça-níqueis, constituída pelo Ato do Presidente nº 004/2005, desta Casa de Leis.

Sem mais para o momento, agradeço sua antecio-samente.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) WALDIR LEITE

Líder do PPS

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 2390

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 417/2003, que institui a obrigatoriedade de programas de

reciclagem de lixo em todos os municípios do Estado do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

### REQUERIMENTO Nº 2372

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

### REQUERIMENTO Nº 2413

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

### REQUERIMENTO Nº 2380

Senhor Presidente:

O Deputado estadual Tadeu Veneri, REQUER a liberação do plenarinho da Assembléia Legislativa no dia 30 de agosto de 2005, no período de 15h00 às 18h00, para realização de Assembléia do SINDJUS - Sindicato do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) TADEU VENERI

### REQUERIMENTO Nº 2375

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM que a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadão Honorário ao Sr. Dalton Paranaçu seja realizada na Câmara Municipal de Londrina, dia 30 de setembro, às 20 horas.

Nestes termos, pedem deferimento.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(aa) BARBOSA NETO e ELZA CORREIA

### REQUERIMENTO Nº 2387

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de pesar nos Anais desta Casa, aos familiares de Zacharias Emiliano Seleme e Alda Pinto Seleme, falecidos no dia 20.08.2005, na cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) CESAR SELEME

# REQUERIMENTO Nº 2391

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após de ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, à família Brustolin, pelo falecimento de seus pais, Carmélia Rosa da Silva e Reinaldo Juli Brustolin, ocorrido no dia 22 de corrente mês, no Município de Nova Aurora.

Requer, ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de seu filho, o Sr. Maximino Brustolin, enviando correspondência à Rua Melissa, 200, CEP 85.410-000 - Nova Aurora/PR.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Uma viagem. Talvez, desta maneira, possamos tentar definir de alguma maneira o significado da vida. Sabemos que em algum dia do passado, entramos em uma estação e compramos um bilhete. Subimos no trem e a viagem teve início.

Quase nunca sabemos como será o percurso. Se em pé, sentado, ao lado de quem, enfim... Uma coisa é certa. Em alguma estação do futuro vamos desembarcar.

E enquanto estamos neste trem fazemos amizades, criamos vínculos e laços afetivos com inúmeras pessoas. Constituímos família, participamos da vida em sociedade, somos úteis a partir do momento que trabalhamos sempre na melhoria da qualidade de vida das pessoas que conosco constituem uma comunidade.

E a vida vai, a cada dia, tendo a sua seqüência. Porém, quando ela, por alguma fatalidade, deixa de existir, vem a tristeza inevitável, aquela dor profunda no coração. Dor que só quem já perdeu um ente querido é quem sabe realmente como dói.

Dói, dói muito mesmo saber que duas pessoas pelas quais tínhamos verdadeira estima e consideração nos deixaram. Dói saber que o seu Reinaldo e a dona Carmélia, pessoas íntegras, honestas, pais exemplares, pessoas que, em vida, deram o melhor de si para deixar uma história positiva aos filhos e netos, já não estão mais conosco.

Porém, a nossa fé cristã nos assegura que foi apenas uma despedida momentânea. Um dia haverá, sem dúvida nenhuma, o reencontro. Seu Reinaldo e dona Carmélia partiram. Deixam saudade, deixam um legado a ser seguido pelos homens de bem.

E, que neste momento de dor, Deus, que já recebeu seu Reinaldo e dona Carmélia em sua morada eterna, acalente o coração de todos que estão sofrendo com esta partida prematura. Hoje, fica a dor. Mas o principal: fica também a certeza de que a vida vai seguindo o seu rumo. Compete a quem está aqui fazer da sua vida uma história que encha de orgulho as futuras gerações, como souberam fazer o seu Reinaldo e a dona Carmélia.

Aceite o nosso sincero voto de condolências.

# REQUERIMENTO Nº 2392

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Jones Roqueli Fellini, ocorrido em 19.08.2005.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares: Esposa: Neusa Alves Fellini, e aos filhos: Jones Fellini Jr., Rudimar, André, Vera e Anacleto Fillini, no seguinte endereço: Av. Brasília, 1484 - Centro - Medianeira/PR, A/C de Rudimar Fellini.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) ADEMIR BIER

# REQUERIMENTO Nº 2402

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do professor e filósofo Ubaldo Puppi, aos 81 anos de idade, nesta Capital.

Ex-Presidente do Conselho Estadual de Educação, ex-secretário de Educação do Município de Curitiba, ex-diretor da Biblioteca Pública do Paraná, doutor em Filosofia pela Universidade de Sorbonne, o intelectual formou geração de brasileiros.

A Igreja de Curitiba, principalmente nas décadas de 60 e 70 teve contribuição desse filósofo. Um de seus trabalhos mais consistentes no exame da fé e da razão foi a criação do Instituto Ciência e Fé no ano de 1995, ao lado de outras pessoas, como Newton Freire-Maia, Belmiro Castor Valverde, Euclides Scalco, Aroldo Murá Haygert, Antonio Carlos Costa Coelho, Alzeli Bassetti e Eleidi Freire-Maia.

A Instituição tinha Ubaldo Puppi nos seus quadros de diretores-fundadores. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

# REQUERIMENTO Nº 2406

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação da Ata da presente Sessão Plenária, envio de votos de pesar pelo falecimento, no dia 21 de agosto de 2005, da Sra. Maria Alice Romano Nickel, esposa do Sr. Guilherme Nickel Netto e Sogra do Sr. Benedito German Crespo Garcia, funcionário desta colenda Casa, Chefe de Gabinete do Deputado Kielse.



O tempo não apaga a dor trazida por perdas dessa magnitude, fica uma grande lacuna em nossas vidas, pela falta dos amigos queridos, marido atencioso, filhos amados, netos carinhosos, espaço que ninguém poderá ocupar, só nos resta guardar bons momentos vividos e orar pela paz e conforto de toda a família que ficará com eterna saudade.

Enviamos aos familiares nossos votos de profundo pesar e sinceras condolências pela perda irreparável do ente querido.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) CLEITON KIELSE

#### REQUERIMENTO Nº 2407

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação da Ata da presente Sessão Plenária, envio de votos de pesar pelo falecimento, no dia 22 de agosto de 2005, do Sr. Reinaldo Brustolim e da sua esposa, Sra. Carmem Brustolim.

O tempo não apaga a dor trazida por perdas dessa magnitude, fica uma grande lacuna em nossas vidas, pela falta dos amigos queridos, marido atencioso, filhos amados, netos carinhos, espaço que ninguém poderá ocupar, só nos resta guardar bons momentos vividos e orar pela paz e conforto de toda a família que ficará com eterna saudade.

Enviamos aos familiares nossos votos de profundo pesar e sinceras condolências pela perda irreparável do ente querido.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) CLEITON KIELSE

#### REQUERIMENTO Nº 2386

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, ao Dr. Ariovaldo Lopes, pelos excelentes serviços prestados na área jurídica, à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 2373

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulação à Associação Comercial e Industrial de Ibiporã, pelos seus 40 anos de fundação. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por essa entidade à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2396

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Sr. Antônio Roberto Ferreira, pelos 31 (trinta e um) anos de excelentes serviços prestados à Polícia Militar do Estado do Paraná.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo, através de correspondência no endereço: Rua XV de Novembro, 439, Centro, CEP: 84.010-020, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2397

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações aos Srs. Alfredo Rela Zattoni, Paulo Owerckenko, Marcos Vinício do Prado, Enio Auri Amarante, Francisco Carioca dos Santos, Ney João Gobbo e Adail Inglês, pela promoção, no dia 25/08/2005, passado, de almoço beneficente em prol da Casa do Menor Irmão Cavanis, do Município de Ponta Grossa, iniciativa essa de grande valor social e que muito auxiliou na manutenção da referida Casa.

Requer ainda, que se dê ciências aos mesmos, através de correspondência individual a ser enviada à Editora Diário da Manhã, Rua Balduino Taques, 890, CEP: 84010-915, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2365

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação da Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Cruzeiro do Oeste, pela passagem dos seus 53 anos de emancipação política, no próximo dia 26 de agosto do corrente ano.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência ao Exmo. Sr. Prefeito José Carlos Becker de Oliveira e Silva, ao Sr. Vice-Prefeito, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Saudamos hoje, com muita alegria o povo cruzeirense que no próximo dia 26 de agosto comemora mais um aniversário de emancipação política.

Povo trabalhador, lutador, honrado e acima de tudo temente a Deus, está o sucesso como podemos observar, dia-a-dia em Cruzeiro do Oeste.

O povo unindo forças, entre Administração Municipal, Estadual e Federal, mostra que com trabalho e muito trabalho, chegamos a um excelente objetivo que é o progresso para todos.

Está de parabéns a população de Cruzeiro do Oeste, está de parabéns a administração de todos os tempos e todos que de uma forma ou de outra colaboraram e colaborarão para o progresso do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens devidas ao Município de Cruzeiro do Oeste no transcurso de seus 53 anos, parabenizando todos na data tão significativa.

#### REQUERIMENTO Nº 2364

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja expedido voto de louvor aos policiais militares Cabo QPM 1-0 Gláucio Sandro Monteiro, soldado QPM 1-0 José Maria Valério, soldado QPM 1-0 Adriano Sérgio Silvestre e soldado QPM 1-0 Edson R. Vidal Pinto, da Guarda Florestal de Cacatu, em Antonina.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

Pelo empenho dos referidos policiais no salvamento do menor Maicon William Vidal dos Santos que, no dia 14 de agosto, sofreu afogamento no rio Cacatu.

Graças a Deus pela determinação e extremo esforço dos policiais o garoto foi salvo.

#### REQUERIMENTO Nº 2370

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Plácido Arrabal. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado a ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2371

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Umberto Bastos Sacchelli.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado a ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2378

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Marcos José Favaro.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado a ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2404

Senhor Presidente:

Requer ao Plenário, seja aprovado, na forma regimental, voto de louvor à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Toledo, pelo seu vigésimo quinto ano de funcionamento, transcorrido dia 19 de agosto último, contados desde a criação da Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato (FACITOL).

Requer, ainda, seja determinada à Secretaria da Casa, que, uma vez aprovado este requerimento, se dê ciência à entidade da homenagem ora registrada nos Anais deste Legislativo Estadual.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoiamentos:

Rafael Greca, Tadeu Veneri, Reni Pereira, Dobrandino da Silva, Hermes Fonseca e Nereu Moura.

#### REQUERIMENTO Nº 2384

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de louvor e aplausos, nos Anais desta Casa, ao Tenente Coronel de Cavalaria Ilton Barbosa - Comandante do 5º Batalhão Logístico, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense, na área social e militar.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 2388

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de louvor e aplausos, nos Anais desta Casa, ao Sr. Francisco Jaciro Mendes de

Oliveira, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes e amigos.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 2368

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente da República, Exmo. Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, bem como ao Ministro de Estado da Previdência Social, Exmo. Sr. Amir Francisco Lando, solicitando dos mesmos a manutenção da Regional do INSS no Estado do Paraná, onde há maior número de segurados.

Neste mês de agosto de 2005 foi publicada a nova estrutura da Previdência Social, com a extinção das Superintendências nos Estados e na criação de cinco regionais, uma em cada região do país.

No Paraná foi extinta a Superintendência e a Regional foi criada no Estado de Santa Catarina, o menor número de benefícios da região Sul.

Isto posto, diante da importância da manutenção dessa estrutura no Estado do Paraná, a Assembléia Legislativa reivindica, em nome do povo paranaense, o restabelecimento da Regional Sul do INSS no Paraná.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2381

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia, digne-se a oficiar ao Sr. Governador do Estado, para que determine à Secretaria da Educação, - através a FUNDEPAR -, a construção de muro protetor, construção e implantação de biblioteca e centro de informática e necessários reparos no valoroso Colégio Estadual Polivalente de Apucarana, na rua Rosa Stábile, 385, no Jardim Paulista, em Apucarana.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O atual Governo do Paraná tem realizado eficiente gestão na reparação das escolas públicas - transformadas em orgulho de suas comunidades-. Tem priorizado a Educação, valorizando alunos e professores. Tem apoiado o Magistério, com um sonho Plano de Cargos e Salários. Pode e deve prosseguir melhorando os serviços ofertados e equipamentos existentes.

Por isso a proposição de muro, biblioteca, centro de informática, além de reparos, no Colégio Estadual Polivalente.

#### REQUERIMENTO Nº 2382

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de uma quadra de esportes coberta, no Colégio Estadual professora Carmelita Souza Dias, do município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Desejamos, com a referida proposição, oferecer ao corpo discente do Educandário, condições para a prática do desporto e aulas de educação física, bem como o espaço também será utilizado para a realização de diversas atividades e eventos.

#### REQUERIMENTO Nº 2383

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Padre Roque Zimmermann, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, solicitando recursos financeiros para a construção de uma quadra de esportes coberta na escola de Educação Especial Pestalozzi do Município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Sociedade Pestalozzi de São Miguel do Iguaçu, entidade sem fins lucrativos é mantenedora da Escola de Educação Especial Pestalozzi, a qual atua no atendimento de portadores de necessidades especiais.

Desejamos com a referida proposição oferecer ao corpo discente do Educandário condições para a prática do desporto e aulas de educação física, bem como o espaço também será utilizado para sessões de fisioterapia, imprescindível para melhoria locomotora de alunos que freqüentam aquele estabelecimento.

#### REQUERIMENTO Nº 2412

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Exmo. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando-lhe que determine sejam tomadas providências no sentido de viabilizar a regulamentação, pelo Poder Executivo, da Lei Estadual nº 11.911/97, que assegura transporte gratuito em linhas de transporte intermunicipal, aos portadores de deficiência, quando estiverem se submetendo a processo de reabilitação e/ou de capacitação profissional.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Lei Estadual 11.911/97, de 1º de dezembro de 1997, assegura, conforme especifica, transporte gratuito em linhas de transporte intermunicipal, aos portadores de

deficiência, quando estiverem se submetendo a processo de reabilitação e/ou capacitação profissional.

Muito embora o artigo 9º da referida lei determine a sua regulamentação num prazo de sessenta dias contados da sua publicação, até a presente data tal providência ainda não ocorreu.

Por este motivo, o Parlamentar autor do presente requerimento tem recebido insistentes pedidos de Associações de Portadores de Deficiências Físicas, objetivando a regulamentação da lei.

A lei é suficientemente clara quando indica seus destinatários, os portadores de deficiências físicas, visuais, auditivas e mentais, bem como quando classifica cada uma das deficiências em diferentes categorias.

No entanto, para que a lei possa ser aplicada com a eficiência desejada pelo legislador, ela precisa ser regulamentada para definir, entre outros vários aspectos, quem atestará que o portador da deficiência está em processo de reabilitação e/ou capacitação profissional e quais outros critérios serão utilizados para a concessão do benefício.

Assim sendo, devido a importância do assunto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste requerimento, bem como com o pronto atendimento do Poder Executivo, que temos certeza não se furtará do seu dever constitucional e legal.

#### REQUERIMENTO Nº 2360

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Heron Arzua, REQUERER que o Estado do Paraná firme convênio que autoriza a concessão de isenção do ICMS nas saídas de óleo diesel destinado a embarcações pesqueiras de nosso Estado.

Conforme Convênio ICMS 58/96 que autoriza os Estados e o DF a conceder isenção do ICMS na saída de óleo diesel para embarcação pesqueira, a Lei Federal nº 9445, de 14 de março de 1997 que concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais e o Decreto nº 4969, de 30 de janeiro de 2004, que regulamenta a Lei nº 9445, com certeza a decisão de firmar tal convênio acarretará no avanço significativo da atividade pesqueira, beneficiando economicamente os proprietários, armadores ou arrendatários, pessoas jurídicas ou físicas (pescadores artesanais), incentivando essa atividade econômica em nosso Estado.

Outrossim, encaminhamos anexo, cópia do Convênio ICMS 58/96, Lei Federal nº 9445 e Decreto 4969.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 2367

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedida correspondência à Associação Paranaense do Ministério Público, situada na Avenida Cândido de Abreu, 526, 10º andar, CEP 80530-905 - Curitiba / PR, cumprimentando a nova Diretoria empossada em julho de 2005, com votos de gestão profícua.

A nova Diretoria da entidade, para o biênio de 2005/2007, ficou assim constituída:

Presidente: Maria Tereza Uille Gomes

1º Vice-Presidente: Cid Marcus Vasques

2º Vice-Presidente: Valdecir Guidini de Moraes

1º Secretário: Marcelo Balzer Correia

2º Secretário: Júlio César Caldas

1º Tesoureiro: Wanderlei Carvalho da Silva

2º Tesoureiro: Altair Pissaia

Diretora de Patrimônio: Susana Broglia Feitosa de Lacerda

Orador: Nilton Marcos Carias de Oliveira

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2369

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja endereçada correspondência ao Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, Exmo. Sr. Marcelo Beltrão de Almeida, solicitando do mesmo a urgente promoção de campanhas de educação no trânsito, haja vista que a cada dia os motoristas desrespeitam mais os semáforos e o crescente número de atropelamentos.

É fundamental que as autoridades criem mecanismos de conscientização da população que dispõe de habilitação para conduzir veículos.

A implementação de altas velocidades por condutores de veículos automotores preocupa a todos que transitam nas vias públicas.

O desrespeito ao sinal amarelo também é grave, provocando acidentes em todos os municípios do Estado.

Sugere-se a implantação do sistema utilizado no Município de Florianópolis, onde os semáforos são aparelhados com câmeras que fotografam os veículos infratores, subsidiando a imposição de multa. Também naquele município, através da ação dos agentes de trânsito, a população passou a respeitar as faixas de pedestres, mesmo nos locais onde não há semáforo.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2379

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, solicitando informações sobre o concurso realizado no dia 07/08/2005, para provimento de cargos de Técnico Administrativo da SEED, com relação ao tratamento dispensado pela instituição responsável pelo concurso (COPS-UEL), aos candidatos.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2401

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REITERAM, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado e ao Presidente da COPEL, a solicitação de informações, objeto de requerimento anteriormente aprovado nesta Casa, haja vista mal entendido quanto aos quesitos 4 e 5 do referido requerimento, a seguir reformulados:

1 - “a COPEL tomou recursos por empréstimo Á COMPAGÁS? Quais os valores em cada exercício e o acumulado no período?” Ou seja, a COMPAGÁS fez empréstimos à COPEL? A COPEL recebeu recursos da COMPAGÁS, a título de empréstimo?

2 - Em caso positivo, “como foram direcionados estes recursos dentro da COPEL? Constaram no balanço da empresa como passivo? Influenciaram os números divulgados no último exercício, no que respeita ao lucro da estatal?

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(aa) RENI PEREIRA, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO e DURVAL AMARAL.

#### REQUERIMENTO 2410

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente com moção de louvor, à Joana Nin, pela premiação do filme “Visita Íntima”, no Festival de Gramado - 2005.

O documentário Visita Íntima, de Joana Nin, recebeu o prêmio especial do júri na categoria de curtas 16 mm.

O documentário construído com depoimentos de esposas e namorados de detentos da Penitenciária de Piraquara já havia sido premiado em Recife e Brasília.

Esta premiação não é apenas o reconhecimento ao esforço e à qualidade dos cineastas do Paraná, mas também reflete a importância do cinema-documentário que trata de temas sociais importantes, como o lado humano das mulheres de presidiários.

Esta importante mostra de ação cultural merece o reconhecimento da população paranaense, neste momento, representado por nós Deputados estaduais.

Requer ainda, que aprovado este requerimento, seja comunicada a Sra. Joana Nin, em correspondência endereçada a Rua dos Funcionários, 144 - ap. 501 - bloco C - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 2411

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni, que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, com moção de louvor à Virgínia W. Moraes e Rubens A. Gennaro, Produtores da Laz Audiovisual Ltda.; Lázaro Ramos, ator; José Roberto Eliezer, Diretor de Fotografia; Vera Hamburger, Diretora de Arte; Paulo Betti e Clóvis Bueno, produtores; pelas premiações do filme Cafundó, no Festival de Gramado, versão 2005.

O filme Cafundó, com mais de 90% das imagens filmadas no Paraná, e mesmo percentual de realização em Curitiba, ganhou cinco importantes prêmios no 33º Festival de Gramado. O filme, ainda é produzido pela Laz Audiovisual Ltda., uma produtora 100% paranaense. Foram os seguintes os prêmios conquistados:

1 - Melhor Filme de Longa Metragem - Prêmio Especial do Júri;

2 - Melhor Fotografia 35 mm - José Roberto Eliezer (todas as paisagens são paranaenses).

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 2393

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Cláudio Murilo Xavier - Secretário de Estado da Saúde, informando com a máxima urgência o motivo para o não cumprimento da Lei nº 13.674, de 09 de julho de 2002, que estabelece que a Secretaria de Estado da Saúde fica responsável pela confecção e fixação de cartazes informando da Lei nº 12.970 em vigor em nosso Estado, que proíbe a exigência do depósito prévio para internação de emergência em hospitais da rede pública e privada.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO Nº 2395

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Cláudio Murilo Xavier - Secretário de Estado da Saúde, solicitando documentos e justificativas referentes a aplicação de recursos na área da saúde no montante especificado de R\$1 bilhão de reais, conforme noticiado

em campanhas de publicidade do Governo do Estado, através da imprensa.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 2394

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Departamento de Estrada de Rodagem do Paraná - DER, no sentido de atender o pedido do Sr. Pascoal Patussi, residente à Rua Helena Pierkarski Pinto nº 584 - Bairro Fazenda Velha - Município de Araucária, que solicita a execução de reparos na BR-423, que liga os Municípios de Araucária e Campo Largo, em toda sua extensão.

Há muitos buracos nessa estrada, o que tem causado muitos transtornos para os motoristas, além do risco constante de ocorrência de acidentes. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente, pelo telefone 3642-3643

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2366

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição do artigo resgatar a dignidade da política, de autoria de sua Excelência Reverendíssima Dom Moacyr Vitti, Digníssimo Arcebispo Metropolitano de Curitiba, publicado na página 28 do dia 21 último na Gazeta do Povo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência a sua Excelência Reverendíssima Dom Moacyr Vitti.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### REQUERIMENTO Nº 2376

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o artigo em homenagem ao Presidente Getúlio Vargas, de autoria do ex-Deputado Léo de Almeida Neves (JB, 22.08.2005).

Neste 24 de agosto, completam-se 51 anos da trágica morte do Presidente Vargas, que foi, sem dúvida, o maior estadista do nosso país. E nós prestamos esta homenagem, em nome do PDT, também em consideração ao autor do referido artigo, que tantos serviços prestou às causas trabalhistas, do Paraná e do Brasil.

Requer, ainda, que seja dado ciência ao ex-Deputado Léo de Almeida Neves da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2377

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o artigo Patologia de Normalidade, que segue em anexo, de autoria da Professora Cláudia Ramos de Souza Bonfim.

Requer, ainda, que seja dado ciência à professora, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

### *Projeto de Resolução*

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º os artigos 30 e 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa passam a vigorar acrescidos de dispositivos, conforme redação a seguir:

“Art. 30...

XVI - Comissão de Legislação Participativa.

Art. 33...

§ 16. À Comissão de Legislação Participativa compete manifestar-se sobre todas as sugestões de iniciativa legislativa apresentadas por associação e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos, elaborar e apresentar as proposições oriundas desses entes sociais.”

Art. 2º O artigo 267 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa passa a vigorar acrescido de parágrafos conforme a seguinte redação:

“Art. 267...

§ 1º A participação da sociedade civil poderá, ainda, ser exercida mediante o oferecimento de sugestões de iniciativa legislativa oriundas de quaisquer dos entes mencionados no parágrafo 16 do artigo 33;

§ 2º As sugestões de iniciativa legislativa que, observado o disposto no artigo 117, receberem parecer favorável da Comissão de Legislação Participativa serão transformadas em proposição legislativa de sua iniciativa.

§ 3º As sugestões que receberem parecer contrário da Comissão de Legislação Participativa serão arquivadas.

§ 4º Aplicam-se à apreciação das proposições da Comissão de Legislação Participativa, no que couber, as disposições regimentais relativas ao trâmite das proposições em geral.”

Art. 4º A Mesa assegurará à Comissão de Participação Legislativa apoio físico, técnico e administrativo necessário ao desempenho de suas atividades.

Art. 5º A Mesa baixará os atos complementares necessários à execução desta resolução.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Barbosa Neto, Reni Pereira, Ademar Traiano, Elio Rusch, Durval Amaral e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A proposição justifica-se pelo seu próprio nome - legislação participativa - que é viabilização da participação da sociedade, através dos seus mais variados entes institucionais, e de forma mais efetiva e imediata, na iniciativa e na elaboração legislativa.

Até hoje a participação da sociedade na elaboração legislativa tem sido indireta através de seus representantes nos Parlamentos ou, diretamente, através dos projetos de iniciativa popular que, em razão de dificultosas condições para sua admissibilidade, não têm permitido uma participação mais efetiva do povo neste processo.

A contrário, através da criação da Comissão Permanente de Participação Legislativa, democratiza-se ainda mais a intervenção popular na elaboração das leis que asseguram direitos e deveres e norteiam a vida em sociedade.

A eficácia deste modelo esta demonstrada ao logo dos quatro anos de existência da Comissão de Participação Legislativa da Câmara Federal que inspirou a apresentação desta proposição.

## ***Projetos de Lei***

PROJETO DE LEI Nº 495/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído dentro da Organização Administrativa do Governo do Estado do Paraná, o Centro de Atendimento Integral do Idoso no Estado.

Art. 2º A instituição constante do artigo anterior, será implantada e celebrado em convênio com as Prefeituras Municipais do Estado do Paraná, no sistema de contrapartida dos municípios, ficando cooperativado os subsídios de manutenção de sua estrutura física e funcio-

nal, com recursos do Município, Estado e Governo Federal, já destinados por lei.

Art. 3º A instituição deverá ofertar atendimento gratuito no sistema asilar e não asilar, aberto à população, podendo ser celebrado convênio com os municípios em ambas as situações asilar e não asilar.

Art. 4º Os Centros Integrados de Atendimento aos Idosos deverão oferecer programas educativos, de recreação, de estímulo ao trabalho, através de oficinas, palestras, encontros e reuniões abertas à população e aos idosos asilados, bem como aos Grupos de terceira Idade.

Art. 5º Será oferecido também, atendimento médico próprio, bem como o fornecimento de medicamentos, por intermédio do Sistema Único de Saúde - SUS, nas especialidades que dispõem as leis que regulamentam e estabelecem as normas de atendimento à Terceira Idade, e ainda:

I - deverá ser fornecida alimentação adequada;

II - deverá ser ofertado auxílio jurídico no assessoramento de processos e benefícios aos Idosos Asilados e não Asilados, bem como à legislação pertinente às áreas;

III - desenvolver e incentivar a prática esportiva, com atividade e programas específicos para os Idosos Asilados e não Asilados;

IV - promover ações de difusão de informações, sob a forma de cursos e palestras e incentivos à profissionalização, através de oficinas;

V - oferecer transporte adequado às necessidade dos Idosos.

Art. 6º Serão beneficiadas as pessoas com idade a partir de 60 (sessenta anos), carentes e grupos de Terceira Idade, que poderão usufruir desses espaços para realização de suas atividades, proporcionando também a integração e socialização dos grupos da Terceira Idade e dos Idosos Asilados.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir a qualquer tempo, no Orçamento Anual do Estado, os Créditos Adicionais que se fizerem necessários para a realização, implantação e custeio de despesas para implementar o Centro de Atendimento Integral ao Idoso.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa dias), contados da data de sua publicação.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

No sentido de colocar em prática as ações preconizadas na Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842, de 04

de janeiro de 1994, Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõem sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências - LOAS; Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 que institui o Estatuto da Terceira Idade, o Deputado que o presente subscrive, propõe ao Governo do Estado do Paraná, a Criação e Implantação do Centro de Atendimento Integral ao Idoso, inclinando ao Estado sua efetiva participação e responsabilidade sobre os Idosos e ao que, em leis, lhes são assegurados.

Os Centros de Atendimento Integral aos Idosos terão como meta a efetiva melhoria da qualidade de vida das pessoas compreendidas dentro deste grupo, proporcionando, além do atendimento asilar assistido, saúde, alimentação, atividades físicas, culturais, recreativas e trabalhos manuais, proporcionando aos idosos a prática de atividades coletivas e individuais que viabilizem o seu desenvolvimento e o convívio social, com ações que os mantenham ativos.

Segundo texto do Estatuto da Terceira Idade, parágrafo único, incisos I, II, III e IV, a garantia de prioridade compreende e assegura aos Idosos, atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população; preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas; destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção do Idoso e a Viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do Idoso com as demais gerações.

Assim, por compreender o Papel do Estado, conforme responsabilidades imputadas por lei, cumpre-nos apresentar o referido projeto buscando com isso uma proposta digna, responsável e eficaz de atendimento aos Idosos, em todos os aspectos que lhes são pertinentes e garantidos por leis.

Também, cabe-nos destacar que com a promulgação do Estatuto da Terceira Idade, ficam as entidades governamentais ou não, de atendimento ao Idoso, obrigadas a se inscreverem nos órgãos competentes a fim de se habilitarem, reconhecidamente, à prestação de serviços. Porém, na sua grande maioria, essas entidades, tais como Asilos, Casas de Repouso ou Lares, sobrevivem tão somente do voluntarismo da sociedade civil, bem como, dos benefícios integrais dos idosos que estão sob suas guardas, assim constituindo-se em incapazes financeiramente, inaptas tecnicamente, e inviáveis sob a ótica da guarda digna e plural desses Idosos, nelas asilados.

Tão pouco, e como se pode constatar, não conseguem se enquadrar as normas de funcionamento e se inscreverem junto aos órgãos competentes, perante suas situações; assim também, ficando à mercê da contemplação de benefícios governamentais, tornando-se inviáveis, quer seja na manutenção de suas sedes ou ainda, no desenvolvimento de atendimentos primários aos Idosos que lhe são assistidos.

Aos Idosos, não lhes são garantidas, de forma alguma o seu desenvolvimento humano, quer seja, atra-

vés de uma alimentação adequada, assistência médica, programas de desenvolvimento cultural, intelectual, ou qualquer outra modalidade, mais sim e tão somente, um veloz definhamento de suas capacidades físicas, psíquicas e morais.

Diante do exposto, esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI Nº 496/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação do Pessoal da Universidade Estadual de Londrina - APUEL, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação do Pessoal da Universidade Estadual de Londrina - APUEL - é uma Associação Civil, sem fins lucrativos e órgãos de representação de seus associados, com objetivos desportivos, sociais e artísticos, com patrimônio e personalidade distintos dos seus associados, com sede e foro no município de Londrina, Estado do Paraná.

A APUEL tem como finalidade a integração e representação de seus associados, sendo seus principais objetivos: promover o conagração dos componentes de seu Quadro Social; incentivar, organizar, promover, patrocinar e estimular atividades sociais, esportivas e artísticas; manter o intercâmbio social, desportiva e artístico com entidades congêneres; firmar convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas objetivando o bem-estar econômico, financeiro e social de seus associados; representar o Quadro Associativo quando os seus interesses forem determinados através de Assembléias ou a juízo dos órgãos da Associação, em casos específicos.

Face ao exposto e testemunhas que somos do excelente trabalho desenvolvido pela referida entidade, esperamos o devido apoio dos nobres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

#### PROJETO DE LEI Nº 497/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação da Criança e do Adolescente de Cornélio Procópio, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio.



Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação da Criança e do Adolescente de Cornélio Procópio, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo maior da defesa da criança e do adolescente, procurando ampará-los através de um maravilhoso trabalho, principalmente, junto à comunidade mais carente de Cornélio Procópio e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 498/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente São Sebastião, com sede e foro no Município de Wenceslau Braz.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente São Sebastião, com sede e foro no Município de Wenceslau Braz, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo maior prestar assistência à Saúde a quantos buscarem seus serviços sem distinção de nacionalidade, raça, credo político e religioso, com vistas à erradicação das causas das doenças.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 499/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 10.258, de 17 de março de 1993, que declarou de Utilidade Pública a Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Ortigueira, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a Fundação de Assistência à Saúde e Promoção Social de Ortigueira, com sede e foro no Município de Ortigueira”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto com o objetivo de alterar a redação da Lei nº 10.258, de 17 de

março de 1993, que declarou de Utilidade Pública a Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Ortigueira. A entidade, através de decisão de sua assembléia geral, adequou-se às disposições referentes à matéria e passou a denominar-se Fundação de Assistência à Saúde e Promoção Social de Ortigueira.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do projeto de lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 500/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná à Juíza Joeci Machado Camargo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Os relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná pela Dra. Joeci Machado Camargo a fazem merecedora de tamanha homenagem.

Ao instituir, com esforço pessoal, o programa Justiça Para Todos, a homenageanda tornou o Paraná referência na prestação célere e popular da Justiça. Seu extenso *curriculum*, que segue como anexo deste projeto, endossa a razão do Título.

PROJETO DE LEI Nº 501/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 9º da Lei Estadual nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, que consolida a legislação tributária relativa à Taxa de Segurança, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º São isentos da Taxa de Segurança, os atos e documentos relativos:

I - às finalidades declaradas escolares, militares e eleitorais;

II - à situação funcional dos servidores públicos em geral ativos e inativos;

III - ao interesse de pessoas comprovadamente pobres;

IV - aos clubes de terceira idade, desde que possuam declaração de utilidade pública.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

Temos visto nos últimos anos, um grande crescimento dos clubes, entidades associações de Terceira Idade, os quais se autodenominam as melhores idades.

Geralmente casais, senhoras e senhores viúvos que buscam entrosamento para um convívio, para uma integração entre os colegas, uma socialização.

Ocorre que, esses clubes são entidades sem finalidade lucrativa, buscando em passeios, viagens, bailes etc., sua diversão máxima.

Em situações de bailes, a exigência da taxa de segurança a ser recolhida nas Delegacias de Polícia Civil, o que à vezes, inviabiliza, em função das portarias não cobrarem ingressos.

Assim, proponho a inclusão de item que isente os clubes de Terceira Idade da referida taxa, mas com ressalva de que deverão possuir lei declarando de utilidade pública para fazer jus aos fins preconizados no presente projeto de lei.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Finda a leitura do Expediente.

**O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)**

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Se V. Exa. me permite, acabei não prestando atenção na informação da COMPAGAS. Gostaria que o 1º Secretário pudesse nos explicar quais são os sócios da COMPAGAS, além da COPEL e a PETROBRAS.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)**

Existe, na verdade, Deputado Neivo Beraldin, o Ofício da COPEL, encaminhando a esta Casa esclarecimentos a um pedido de informações do Deputado Valdir Rossoni. Já está aqui e pode ser pego com o Deputado Rossoni, a cópia.

**O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)**

Ok! Solicito ao Sr. Presidente, então, se me permite a cópia para que eu possa ter conhecimento oficial da composição da COMPAGAS, tendo em vista que a COMPAGAS tem a participação da COPEL - segundo sei - e da PETROBRAS. Mas, também há uma empresa de capital privado, que faz parte da COMPAGAS. E, evidentemente, se é uma empresa de capital privado, nós precisamos ver em que época teria sido feita a concorrência pública para acolher essa empresa de capital privado em parceria do capital público.

Essa é a indagação que eu gostaria de fazer: quem é essa empresa privada que participa e com que percentual ela participa no capital da empresa COMPAGAS?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nós vamos mandar-lhe uma cópia da resposta do Presidente da COPEL. Vamos solicitar ao Deputado

Valdir Rossoni e encaminharemos a V. Exa. essa informação.

**O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)**

Agradeço e não esperava outra atitude do democrata Presidente. Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nós sentimos sua ausência ontem aqui, nobre Deputado, na Sessão Pública sobre o Porto de Paranaguá.

**O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)**

Esclareço que foi por motivo de saúde, mas hoje já estou restabelecido e pronto para o embate. Fiquei assistindo ontem, no canal 21, aquela audiência pública e me causou, até certo ponto, alguma preocupação, porque vi o Presidente da ANTAq completamente perdido, vi uma audiência que começou sem uma programação de início, nem meio e nem fim e no final fiquei triste, na hora que saiu do ar, às 18h, porque esperava ver o seu desenrolar.

Por isso, é importante a televisão aqui. Cumprimento o Canal 21 pela coragem de voltar aqui no Poder Legislativo e espero que não se ausente: não só estejam aqui nos grandes debates, mas que estejam no dia-a-dia, porque estão contribuindo com a democracia e, certamente, o telespectador está podendo conhecer melhor os seus representantes.

**O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente.

A propósito da Sessão de ontem, queremos protestar, em nome da Bancada do PMDB, pelo espancamento aqui no recinto do Plenário, de dois jovens militantes do PMDB. Os jovens são uma garantia de futuro para a nossa Nação. Eles não têm cumplicidade com o passado e sua presença em uma Sessão cívica e em uma discussão como a que se deu ontem, quer significar uma evolução política para nosso País.

Não se justifica que no recinto da Assembléia jovens militantes não possam exercer sua opinião e sejam espancados.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)**

Sr. Presidente, Pela Ordem.

**(Assentimento)**

Quero fazer um protesto aqui também, Sr. Presidente, porque ontem um dos produtores rurais que se fez presente para fazer uma manifestação com relação à forma como o Porto de Paranaguá está funcionando, foi agredido por um dos jovens - quem sabe até esses que o Deputado Rafael Greca falou - onde, na manifestação que eles faziam nesta Casa, acabou sendo agredido por um dos jovens que também participava.

Acho que foi um confronto dos lados políticos que se faziam presentes no dia de ontem nesta Casa, Senhor Presidente. Mas, está feito o meu protesto.

## ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Plauto, por cinco minutos, no Pequeno Expediente.

## ***Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Com muita preocupação eu venho hoje a esta tribuna. Preocupação com a saúde do nosso Estado, preocupação com a saúde das regiões que compõem o nosso Estado, em especial da região dos Campos Gerais. Eu tenho visto, periodicamente, nos meios de comunicação, em especial nos canais de televisão do nosso Estado, o anúncio de que o Governo do Estado do Paraná está investindo, Deputado Barbosa Neto, um bilhão de reais na saúde. Nós vimos as contradições que acontecem: uma hora, o governo anunciando os bilhões, bilhões, bilhões, e bilhões de reais que está investindo no nosso Estado do Paraná, só que a verdade é outra: ou eles estão investindo mal esse um bilhão de reais na área da saúde, ou não estão investindo, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Hoje um dos principais jornais do nosso Estado do Paraná, a Gazeta do Povo, traz uma matéria que fez junto aos hospitais do nosso Estado do Paraná, mostrando que continua havendo mortes na fila das UTIS. Lá na região de Londrina, Deputado Barbosa Neto, tem aqui, faleceram, nos últimos meses, 25 pessoas que aguardavam a fila das UTIs. Na região de Ponta Grossa nós tivemos 31 que morreram aguardando um leito de UTI.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a saúde precisa do investimento. Eu sei que no decorrer dos últimos anos foi ampliado o número de leitos de UTIs no Estado do Paraná, só que o problema não foi resolvido. Antes desse Governo, os índices apontados pelos hospitais mostravam que um pouco menos de cinquenta pessoas morriam anualmente lá na Região dos Campos Gerais por falta de leitos de UTI. Hoje continuam morrendo 31 pessoas, quer dizer, amenizou o problema, mas não foi resolvido. E quando eu vejo aquela propaganda enganosa nos meios de comunicação que coloca como se a saúde do nosso Estado estivesse resolvida, que todos aqueles que precisam ser atendidos pelo SUS encontram o atendimento, faz com que eu venha a esta tribuna e levante essa questão, essa discussão, para mostrar que aquilo que estão divulgando não é verdade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para vocês terem uma idéia, lá na região de Jacarezinho, o jornal traz que a Santa Casa de Misericórdia está querendo credenciar leitos de UTIs neonatal há muito tempo, e o Governo do Estado do Paraná não vem credenciando, e com isso, possibilitando que crianças que precisam ser atendidas naquela região têm que ser transferidas para outras regiões. Deixar claro, crianças que neces-

sitam do atendimento pelo SUS e não estão sendo atendidas.

Então, eu quero dizer que as informações do Ministério da Saúde e também dos demais órgãos como a Associação Médica deixa claro que o Paraná está fora dos patamares ideais de disponibilização de leitos aos paranaenses.

Então, aqui o meu protesto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em especial com a nossa cidade de Ponta Grossa, com a região dos Campos Gerais que vem perdendo vida periodicamente no momento em que as pessoas precisam de um leito de UTI e não encontram. E pior, fico triste de ver o Governo do Estado do Paraná gastando em publicidade, só neste ano de 2005, 140 milhões de reais, repito, Deputado Valdir Rossoni, 140 milhões de reais em publicidade! E essa comunicação, mentiras como essa de que o Estado está investindo um bilhão de reais na área da Saúde.

A Saúde precisa, sim...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrado seu tempo.

Pergunto se poderia usar o horário da Liderança do seu Partido?

Por cinco minutos.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PFL***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Eu espero que o Governo pare de pagar mídia, gastar dinheiro em publicidade e pior, para poder divulgar mentiras, para todos os paranaenses. Eu não aceito! A saúde precisa de investimento em todos os sentidos, infra-estrutura, melhoria salarial para todos aqueles que trabalham nela e o que estamos vendo é o dinheiro ser jogado fora em publicidade, Sr. Presidente. E é isto que eu fico triste e trago aqui o meu protesto neste momento.

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Eu quero cumprimentá-lo, Deputado Plauto Miró Guimarães, pela felicidade do tema abordado na tarde de hoje.

Ontem, infelizmente, não tivemos oportunidade de demonstrar aqui a nossa preocupação em relação a esta questão. Eu ouvia as emissoras de rádio de Ponta Grossa, na semana passada, quando vinha de Londrina para cá, e também fiquei bastante consternado diante desse triste levantamento e até guardava, dentro dos vários pronunciamento que fiz, alguns questionamentos dos Deputados de Ponta Grossa como V. Exa e, à época, o Deputado Jocelito Canto que também solicitava do Governo a instalação das UTIs da cidade de Ponta Grossa. O Governo, se V. Exa. também levar para a administração direta e indireta, está gastando quinze milhões de reais por mês:

são 180 milhões de reais por ano. Em contrapartida, o investimento verdadeiro na área da saúde não chega a 120 milhões de reais.

Quer dizer, para este governo é mais importante a publicidade, a mídia tentando calar a voz dos comunicadores e dos meios de comunicação, do que o investimento na saúde, e a gente sabe como foram utilizadas as ambulâncias que foram distribuídas entre os Deputados da base aliada, fazendo política com a saúde.

Enquanto isso, em Londrina, nós perdemos 25 vidas que estão contabilizadas, denunciadas por uma funcionária. Imagine só como são as outras mortes não oficiais que também serão contabilizadas depois de que uma audiência e também de uma comissão Parlamentar de investigação está sendo feita na cidade de Londrina e que deve ser assinada nos próximos dias.

Parabéns, Deputados, e a minha solidariedade aos irmãos pontagrossenses também em relação a essa justa reivindicação.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)**

Deputado Barbosa Neto, obrigado.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Plauto, serei rápido porque seu tempo está se esgotando.

Quando V. Exa. fala de publicidade, do gasto de publicidade do governo, 140 milhões, já é um absurdo esse valor, o pior é não querer prestar contas à Assembleia. Está aqui este Parlamentar há seis meses, aproximadamente, insistindo que o Governo nos forneça as agências de publicidade e para quem está indo esta montanha de dinheiro e eles não querem prestar contas e é o dever deste Parlamentar fiscalizar!

Obrigado.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)**

Então, Sr. Presidente, estamos aqui deixando o nosso protesto e eu espero que este Governo acorde para os reais problemas da saúde do nosso Estado do Paraná e quando eu digo que este é um governo virtual, eu confirmo aqui, Sr. Presidente, pois quando você liga a televisão o Governo existe - quando você desliga, ele desaparece.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Questão de Ordem)**

Sr. Presidente, eu me sinto prejudicado, claro que em favorecimento do Paraná, mas me sinto prejudicado - eu estava inscrito ontem no Grande Expediente e gostaria

que V. Exa. encontra-se uma forma - e V. Exa. é um excelente articulador - para que nós tivéssemos um espaço, porque nós estávamos preparados para o dia de ontem e o nosso espaço foi ocupado e justificado.

Mas não tenho nada contra, sou favorável ao que me aconteceu no dia de ontem, mas gostaria que V. Exa. me arrumasse um espaço porque eu tenho um pronunciamento a ser feito e preciso desse espaço para que eu possa esclarecer todos os fatos que tenho em mãos.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

V. Exa., além do espaço do Horário da Liderança do PSDB, terá o Horário da Liderança da Oposição. Acho que é tempo suficiente para colocar à população do Paraná esse fato que V. Exa. revelará hoje.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Eu compreendo, Sr. Presidente. Sem sombra de dúvida é um tempo razoável, mas nós tínhamos o Grande Expediente.

Então, gostaria que V. Exa. conversasse com os Parlamentares que têm o Grande Expediente, talvez não no dia de hoje, mas amanhã ou na próxima segunda-feira, para que pudéssemos ter, pelo menos, meio expediente, para que eu não saísse prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Vamos procurar um espaço para V. Exa.

Com a palavra, Deputado Barbosa Neto.

## ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

**O SR. BARBOSA NETO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna na tarde de hoje para fazer um pedido à Bancada do Governo, nesta Casa, através do Líder, Deputado Dobrandino da Silva, com o qual tivemos oportunidade de conversar na Liderança do Governo, esta manhã, para que uma questão de Justiça seja feita com uma categoria que vem sendo desrespeitada pelo Governo do Estado.

Esta Casa votou a Lei nº 14.590 em benefício dos servidores, que não foram enquadrados na legislação, já que uma ação direta de inconstitucionalidade, impetrada em Brasília, impede que eles possam ser respeitados como servidores e enquadrados dentro daquele merecimento que eles têm direito e não estão sendo respeitados, eu friso aqui!

São cerca de 680 servidores que têm o direito de ser enquadrado no 3º grau e outros 720 no 2º grau, alguns com mestrado, até com teses defendidas, com especializações que já estão despachando nessas várias funções em serviços de benefício para o Governo do Estado, mas que não estão recebendo como deveriam!

Esta, na verdade, é uma questão de justiça para com os servidores que lotam as galerias na tarde de hoje, que vêm do interior do Paraná, em alguns casos, e que

gastam cerca de 140, 150 reais só para se deslocar até aqui, que estão extenuados, que estão cansados fisicamente, moralmente cabisbaixos também, mas que esse dinheiro que eles gastam para vir aqui significa 1/4 do salário que eles percebem, ao final do mês.

Para se ter uma idéia, não existem faixas, não existem cartazes, porque nem dinheiro para confeccionar manifestações visuais eles têm!

Subo aqui com toda tranquilidade. Nós negociamos no Governo passado, sob a liderança do Deputado Stica, o próprio Procurador Sérgio Botto de Lacerda disse que não havia nenhum óbice para que eles fossem respeitados e enquadrados, mas isso não vem acontecendo! Este é um passivo trabalhista que pode inviabilizar a Secretaria de Administração nos próximos anos. Alguns companheiros já estão conquistando o direito, a Justiça, de enquadramento, como aconteceu agora, no último dia 4 de agosto. Este é um passivo trabalhista muito caro que nós todos, paranaenses, teremos que pagar!

Veja, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de dizer que mais de 1.200 funcionários já foram enquadrados a partir de 88, com a Constituição. Outros 10.500 das instituições de ensino superior entre 91 e 2001 e eles que estão esperando, alguns há mais de 20 anos; não tiveram esta oportunidade!

Eu sei da boa intenção do Deputado Dobrandino, que disse que esta será a próxima categoria a ser contemplada com o enquadramento, mas Sras. e Srs. Deputados, eles não podem esperar mais! Já tivemos uma reunião no dia 1º de agosto em que toda a Bancada do Governo estava presente e se disse disposta a fazer esse enquadramento. Mas, estranhamente, na semana seguinte, já houve, direto de Brasília, essa ação direta de inconstitucionalidade. Nós queremos acabar com essa política do “dá o tapa e esconde a mão.” Precisa respeitar, e acima de tudo, aquinhoar nobres servidores, que prestam relevantes serviços ao Estado, com aquilo que lhes é de direito. O Sr. Rui vai utilizar o Pequeno Expediente para trazer, aqui, toda a realidade difícil, dura dessa classe que merece, acima de tudo, uma negociação clara e o comprometimento da base governista na tarde de hoje para que a Lei 13.666 seja auto aplicável para corrigir uma distorção histórica, porque esse foi o compromisso do Governador Roberto Requião e queremos que seja cumprido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Ratinho Júnior.

### ***Deputado Ratinho Júnior (PPS)***

O SR. RATINHO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É com muita alegria que subimos à tribuna mais uma vez, principalmente num momento de crise política

que vive o nosso País, crise institucional implantada no nosso País, por irresponsabilidade daqueles que tiveram o voto, tiveram o aval da população para exercer o poder, realizando a esperança de milhões de pessoas. Lamentavelmente isso não está acontecendo hoje, e o Brasil sofre, as pessoas sofrem, o povo mais carente sofre com tudo isso que está acontecendo, nosso País sendo atingido por esse lamaçal da velha política, da podridão da política, daqueles que usam a política para ter benefícios econômicos para si próprio. E, em vista de tudo isso, chega um momento em que, nós Parlamentares do Estado do Paraná, de todos os Partidos, temos que tomar medidas importantes para que no futuro, tudo isso, de uma maneira ou de outra, diminua essa questão da corrupção, desmazelo com o dinheiro público, da irresponsabilidade com o dinheiro do contribuinte, que hoje vem acontecendo esse assalto no Brasil. Verdade é que houve um assalto no Brasil.

Alguns homens - que foram encaminhados para fazer um bom trabalho e administrarem com responsabilidade o dinheiro público - acabaram usando essa influência, esse poder em benefício próprio. É isso que está acontecendo. O Partido dos Trabalhadores, com todo respeito que tenho àqueles militantes que trabalharam 25 anos para fazer com que o PT fosse uma legenda de credibilidade, hoje lamentavelmente estão decepcionados com alguns, a cúpula que usou desse poder para ter benefício próprio.

Em vista disso, começamos a fazer um trabalho para tomar medidas perante o Governo do Estado do Paraná para que fossem sanadas algumas maneiras, que hoje infelizmente são usadas ou fazer a corrupção no nosso Estado. E usado de que forma hoje? As licitações hoje estão burladas por algumas Prefeituras, por algumas entidades, para que desviem dinheiro público e vá para o ramo privado, vá ao bolso de alguém!

Então, implantamos um projeto, protocolamos um projeto, aqui, na Assembleia Legislativa. E esse é um projeto importante. É o projeto do pregão eletrônico, ou do pregão *in loco*. O que é isso? Esse pregão é uma novidade principalmente porque você pode, a população em geral pode saber como é que está sendo feita essa licitação. Qualquer pessoa que acesse a internet, de qualquer município, pode ver de que maneira está sendo feito esse pregão. E, mais importante que o pregão eletrônico, é o pregão presencial, onde o empresário que está sendo cogitado para fazer um serviço para Prefeitura, vai num recinto onde é feito o pregão presencial, onde aquele que der o menor lance para o município ganha a vantagem de fazer a obra, ou enfim, prestar qualquer serviço para a Prefeitura.

De que forma esse projeto nosso, sendo votado e implantado nesta Assembleia e sancionado pelo Governador é importante?

Toda a verba do Governo do Estado direcionada às Prefeituras, o Prefeito será obrigado a fazer o pregão eletrônico ou o pregão presencial.

Para se ter uma idéia, Deputados Neivo Beraldin e Kielse, foi feito no Município de Colombo o pregão presencial, pela primeira vez na História, na semana passada, e isso nesse pregão presencial, que comparado ao ano passado, diminui em 20% o custo dos uniformes...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

... no Município de Colombo, para o ensino fundamental. Isso deu uma diferença de 200 mil reais que a Prefeitura deixou de investir nessa questão dos uniformes escolares. Por quê? Porque foi feito o pregão presencial, a comunidade participando e valorizando o empresário do local, da cidade e quem ganhou foi o empresário da cidade.

Então, nós estamos protocolando esse projeto, importante. Esperamos que a Casa aprove - será aprovado - porque é um projeto que ajuda o Estado do Paraná, principalmente ao combate à corrupção. Aqueles Prefeitos (sabemos que é uma grande minoria no Estado) que entram na Prefeitura para usar da máquina administrativa em benefício próprio, vão acabar, com o nosso pregão eletrônico implantado no Governo do Estado, se Deus quiser.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Reni Pereira.

### ***Deputado Reni Pereira (PSB)***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Desde a última sexta-feira, o PSB se reuniu em Brasília, onde, entre outras deliberações, foi escolhido o Diretório que ele elegeria o sucessor de Miguel Arraes.

Depois de muito debate, muitas questões e posicionamentos acerca de que maneira o PSB se posiciona e se posicionaria face ao cenário político atual, foi deliberado como sucessor na Presidência do Partido, o ex-Ministro Eduardo Campos, e no campo da Política, foi também deliberado que o PSB, um Partido da esquerda tem entre outras preconizações para o ano que vem, atingir a Cláusula de Barreira não somente nos Estados do Centro-Oeste e Nordeste onde ele é mais forte que o Estado do Sul e do Norte, mas em todos os Estados brasileiros significa dizer que o PSB nos Estados onde não atingir 5% da votação para Deputado Federal, será automaticamente dissolvido, havendo a intervenção.

No contexto político atual isso é muito importante, porque nós queremos, através do nosso Partido, um Partido que desde a sua reorganização, desde 1985, escreveu no Manifesto Partidário, como mandamento aos dirigentes daquela época e aos futuros dirigentes e líderes, a luta contínua pela unidade de ação da esquerda brasileira e desde então nós perseguimos e temos cumprido este destino, até em prejuízo de efêmeras conquistas eleitorais,

porque a eleição e o resultado positivo nem sempre interessa para quem tem ideologia partidária.

Nesse sentido, nós temos buscado fazer com que a eleição para o PSB a qualquer preço, não interesse nem ontem, nem hoje e muito menos, amanhã. O poder pelo poder também não nos interessa. Os compromissos do PSB e as metas fundamentais do PSB, só com a República, porque o Brasil é mais importante que os Partidos. Nesse sentido a democracia e as reformas sociais são o que norteiam as nossas alianças.

Por isso reafirmamos nesse momento de crise de valores, ética e moral, que sempre o fundamento da ética, e defesa incondicional do bem público, a transparência dos atos administrativos será o nosso rumo.

O Brasil é mais importante neste momento do que o destino de qualquer organização partidária, inclusive da nossa, o PSB. É com essa mentalidade que nós estamos conclamando em todo o Brasil, as forças de esquerdas dentro e fora do Governo Federal, para cerrarem fileiras em torno de uma reforma política profunda que assegure a reestruturação do regime representativo, a recuperação da legitimidade do regime dos Partidos e da implantação de um sistema eleitoral livre das manipulações e do poder econômico aqueles que se propõem a serem representantes do povo.

Nós, nesse congresso, deliberamos o leque de alianças para que nós possamos trilhar a eleição de 2006.

Nesse contexto, os Partidos que nós vamos procurar estar aliados: PCdoB, PCB, PPS, PDT, PSOL, PT, PSTU e PV. Não só no sentido de debater, mas no sentido de articular uma ação comum em defesa da democracia no âmbito estadual e nacional. Aqui, no Estado do Paraná, inclusive hoje, pela manhã, houve um comunicado de algumas filiações. E nós queremos dizer que estamos viabilizando as candidaturas de vários companheiros e companheiras, para Deputado Estadual e Federal.

Essa viabilização passa necessariamente pela vontade primeira desses companheiros e companheiras a somarem-se ao projeto político partidário. Certamente a cláusula de barreira estipula a todos os Partidos médios uma preocupação com o número de votos a atingir o ano que vem.

O PSB do Paraná, além de eleger companheiros, tem a preocupação de que não venham pessoas com o interesse individual usar o Partido como instrumento...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Horário da Liderança do seu Partido, mais cinco minutos.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Concedo o aparte ao Deputado Ratinho Júnior.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Reni, gostaria de consultar; nós temos inscrito no PSB, o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado Reni, não fui eu que cortei aqui. Foi a Mesa. Eu daria o tempo para V. Exa. concluir o parágrafo.

**O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)**

Deputado Reni Pereira, quero parabenizar o seu pronunciamento.

Lógico que lamentamos; eu que me elegi no PSB, lamentamos a morte do Líder maior do PSB que foi o Dr. Miguel Arraes, uma pessoa histórica no nosso País, pela luta da democracia.

Parabenizo a atitude do Presidente do PSB do Estado do Paraná, Severino Araújo, por não querer que o PSB fosse uma sublegenda nas próximas eleições.

Nós sabemos que as atitudes e as medidas que estão sendo tomadas hoje são para que o PSB continue um Partido que venha crescendo, que as crenças cada dia mais, que foi e é o grande sonho do falecido, Dr. Miguel Arraes.

Então está de parabéns você, Deputado Estadual Reni Pereira, que faz parte do PSB, ao Deputado Scarpeolini, aos demais integrantes do Partido, que não se iludiram pelo fisiologismo, pela troca de cargos e, sim, pela proposta de trabalhar um Brasil mais decente, um Brasil melhor, que era o grande sonho, do Dr. Miguel Arraes, que hoje fica com o seu neto que assumiu a presidência nacional nesse final de semana, que é o Eduardo Campos.

Está de parabéns o trabalho de vocês e também do Presidente Severino Araújo.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Agradeço o aparte, e finalizando o comunicado, Sr. Presidente, que não é meramente um comunicado do PSB, é a vontade dos companheiros do Estado do Paraná, tenho a dizer que o PSB do Paraná quer, sim, eleger companheiros para esta Casa no ano que vem e também para o Congresso Nacional, mas quer eleger um companheiro, uma companheira oferecendo a todos os militantes condições de disputar e eleger-se numa chapa homogênea e com condições de eleição iguais a todos.

Qualquer projeto diferente disso seria o sepultamento do Partido no Estado. Portanto, todos aqueles que pretendem ou pretendiam fazer do PSB um mero instrumento num projeto político individual, não terão espaço partidário. E a candidatura, nada não é mais garantida a ninguém no partido. Detentor ou não de mandato, está garantido sim, o espaço a todos os companheiros que quiserem participar de um projeto coletivo de organização e crescimento partidário.

Esta é nossa linha de pensamento e de ação. E não nos desviaremos dela, porque a história mostra que só através da inflexibilização de valores éticos, os lamentáveis fatos que hoje vêm a público no País deixarão de existir. Se for preciso cortar na carne, é melhor que se faça agora para que a dor não seja maior nos companheiros e companheiras que ofertarão seu nome, seu tempo,

seus ideais, em prol do crescimento partidário na eleição do ano que vem.

Esse o rumo que nós do PSB queremos trilhar no ano que vem. Não seremos uma sublegenda. Faremos aliança com o compromisso ideológico com esses partidos. Não que não possa fazer outra aliança, mas qualquer aliança fora desses partidos: PC do B, PCB, PPS, PDT, PT, PSOL, PSTU, PV, tem que passar pelo crivo e pela autorização do Congresso Extraordinário que deve se realizar no ano que vem, para que o diretório nacional autorize ou não.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Passamos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Elton Carlos Welter.

***Deputado Elton Carlos Welter (PT)***

**O SR. ELTON CARLOS WELTER**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, população que nos assiste, imprensa presente, povo do Paraná.

Aos servidores que estão aqui quero garantir todo nosso empenho para o enquadramento de V. Sas., essa injustiça que eventualmente aconteceu. Se houver condições legais e jurídicas, haverá todo empenho nosso para que isso de fato aconteça.

O que me traz à tribuna na data de hoje, faz um pouco de parte da minha história. Fiz um voto de louvor à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Toledo, que fez o seu 25 aniversário. Eu que sempre fui da escola pública, lá me formei e posso dizer que sou filho dela. Com muita satisfação estive lá na última sexta-feira, num culto ecumênico comemorando esses 25 anos.

Posso dizer que quando a Universidade se chamada FACITOL, lá se instalou. Depois disso, na cidade houve um progresso muito grande. A Universidade está se consolidando. Hoje somam-se a essa universidade pública, mais quatro universidades privadas. Toledo já conta com, em torno de mil estudantes. Virou um grande pólo universitário. E a UNIOESTE e é a grande protagonista do Ensino Superior do Oeste do Paraná, e os seus vinte cinco anos, nos orgulham. Tenho convicção absoluta que aquela Universidade como as demais públicas, tem demonstrado o quanto colabora com o desenvolvimento econômico e social do País. As nossas Universidades - inclusive no dia de hoje temos um projeto que será votado para melhorar a condição salarial dos nossos professores das nossas Universidades Estaduais - mas a nossa UNIOESTE, já foi reconhecida como uma das melhores Universidades do País na avaliação do MEC, em alguns cursos no ano retrasado.

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Só para dizer que o curso de Engenharia, da UNIOESTE, foi o melhor do País.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

E é verdade o que o Deputado Greca coloca. Inclusive estive presente numa comemoração do curso de Engenharia onde ele estava presente, e de fato o curso de Engenharia é um dos melhores cursos do Brasil. Isso orgulha muito o oeste do Paraná, o Paraná e o Brasil.

Então, Sr. Presidente, nós vamos apresentar esse voto de louvor à Universidade. Tem vários apoiantes de Parlamentares aqui desta Casa de Leis. Inclusive convidado alguns Deputados da região, que ainda não subscreveram o voto de louvor; estão convidados para assiná-lo, o que, sem sombra de dúvida, se não fosse a Universidade, sem sombra de dúvida o Oeste não seria toda essa pujança que é. Onde tem uma grande Universidade certamente toda a região se desenvolve e cresce, e realmente o dinheiro que é colocado numa Universidade pública ele sempre é bem investido.

Podem ocorrer muitas vezes, desvios, mas cabe, sim, aí, ao Poder Legislativo apurar, investigar e punir os culpados. As Universidades de fato proporcionam a pesquisa científica, a maior parte das pesquisas que dão realmente projeção para muitas coisas, felizmente, ainda são do ensino público das faculdades públicas deste País, porque é uma coisa que custa muito caro. O setor privado também faz pesquisa, mas é nas Universidades públicas, que se formam a maioria dos grandes Doutores e Mestres desta grande Federação, e nós, lá do Oeste, temos este privilégio de ter a Unioeste com vários campi que se espalham por Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu, Cascavel, Beltrão e Toledo.

Então, esse voto de louvor é mais um carinho que nós, do Oeste do Paraná, eu tenho certeza que todo o setor produtivo, toda a comunidade discente e docente dos vários campi da UNIOESTE, se sentem homenageadas com este voto de louvor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador, Deputado Elio Rusch.

**Deputado Elio Rusch (PFL)**

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Aproveitando o pronunciamento do Deputado Elton Welter, eu até aproveito a oportunidade, Deputado Elton Welter, e convidar V. Exa., que logo depois, já que V. Exa. declarou favorável aos funcionários que lotam as galerias, que logo depois nós vamos votar o projeto da EMATER, que o senhor também vote a favor e contra a autarquização e a favor do Líder do seu Partido, que é o Deputado Tadeu Veneri. E também, Deputado Elton Welter que o senhor aproveite também e vote, depois, a favor da emenda do Deputado Barbosa, que visa beneficiar os funcionários do 3º grau das Universidades do Estado do Paraná. Aí, sim, nós estamos a favor dos funcionários!

Não adianta Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados nós ocuparmos uma tribuna, arrancarmos aplausos das galerias, e na hora de votar, nós votarmos contra! Eu acho que o Paraná tem que saber da nossa posição e da nossa postura. Eu não posso falar de uma forma de agir diferente! Ora, o que eu queria falar hoje seria um outro assunto, mas aproveitando, Deputado Valdir Rossoni, eu só quero dizer que o Paraná, infelizmente ou felizmente, nós temos duas leis, uma que é a 14590/2004 que está sendo questionada pelo Governo do Estado, e entrou com uma ADIN, argüindo a inconstitucionalidade e não querendo beneficiar os funcionários do quadro do Estado do Paraná, que hoje lotam as galerias, que pedem exatamente os seus direitos com base na lei 13666, que é auto aplicável.

Eu gostaria que todos nós somássemos força exatamente com o quadro geral do Estado do Paraná.

Mas, na verdade, o que me traz à tribuna hoje - devo falar hoje, porque a sessão pública foi ontem, promovida pelo Poder Legislativo, com a presença de dois Deputados Federais: Ricardo Barros, diga-se de passagem, um defensor do Estado do Paraná; e Eduardo Sciarra.

Não se discutiu em momento algum no Brasil e no Paraná, a privatização do porto de Paranaguá! Quem diz isso está enganando a sociedade paranaense! O que se discute no Congresso Nacional é sustar por 90 dias apenas, o decreto que dá a concessão ao Estado do Paraná para administrar o Porto de Paranaguá.

Disse ontem e faço questão de repetir hoje: o que é uma concessão? É quando o governo dá alguém a oportunidade, ou atribui alguém de fazer uma exploração, que é o caso das rodovias, da FERROESTE e do porto de Paranaguá. O Estado do Paraná recebeu do Governo Federal, e o porto é federal, não é do Paraná, como todos os portos do Brasil são federais!

Quem recebe a concessão, tem que seguir a lei. Existe uma legislação e tem que ser cumprida! O Governo do Paraná não está cumprindo o que diz a lei! É com base nisso que o Deputado Ricardo Barros pede a intervenção por 90 dias, para que solucione esse problema.

Agora, vejam a incoerência do Governo do Estado. A FERROESTE que é explorada pelo FERROPAR, é uma concessão que o Governo do Estado dá para a FERROPAR. A FERROPAR não cumpriu o que diz a lei e o Governador do Estado do Paraná decretou intervenção na FERROESTE. Aqui o Governo não cumpre a lei e não permite que faça a intervenção!

São dois pesos e duas medidas.

Isso tem que ser analisado. O governo aqui no porto de Paranaguá não cumpre o que diz a lei, agora na FERROPAR quer que cumpra a lei! Quanta incoerência! Como pode isso! Onde estamos!

É aí que a sociedade muitas vezes diz: “nos políticos não dá para acreditar.”



Para concluir, Sr. Presidente, quem tem a glória do poder não pode esquecer que tem que arcar com o ônus do poder, e o ônus pesa muito mais que a glória. Já fui governo e paguei caro por isso. Agora, quem tem o privilégio de levar recursos para o interior, tem que pagar o ônus também, e não falar de uma forma e agir diferente!

Muito obrigado!

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário do Grande Expediente o Sr. Rui da Silva, Coordenador Político da Comissão dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

### ***Sr. Rui da Silva - Coordenador Político da Comissão dos Servidores Públicos do Estado do Paraná***

O SR. RUI DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós, a Comissão dos Servidores Públicos e cada família que hoje se encontra aqui nesta Assembléia, esta Casa sempre com o maior carinho em querer resolver a nossa situação que está pendente até hoje. Vem pendente desde quando? Desde e até anterior a 1989.

É um grande desabafo, uma grande oportunidade que V. Exas. nos dão, neste momento.

Recentemente, nos encontramos no plenarinho desta Casa, em torno de 700 pessoas, representando os outros colegas, inclusive aqueles que são sensíveis à nossa causa estiveram conosco, para que isso tome um ponto final. O Deputado, Presidente do PMDB, Líder do Governo, Deputado Dobrandino, que sempre nos atendeu e demais Deputados aqui presentes estiveram lá, conosco. Nós, então discutimos, solicitamos, reivindicamos a conclusão da nossa situação, porque ainda encontramos excluídos do processo de enquadramento, o qual nos é de direito absoluto, justo, pois desempenhamos as funções pelas quais nós adquirimos as nossas formações.

Deputado Dobrandino, com todo respeito, em acerto na Assembléia, V. Exa. se dirigiu ao Procurador do Estado do Paraná, Dr. Sérgio Botto de Lacerda e ficou de, nesse período, nos dar um retorno. Sei que V. Exa. deve ter conversado e os nossos companheiros, nossos colegas de trabalho das mais diversas instituições, dos mais diversos Municípios que hoje estão presentes aqui, representando outros colegas, não podem sair daqui sem uma posição concreta.

Eu acredito que este Governo quer resolver a nossa situação; ele está sensível e, talvez, alguém tenha levado ao Governador uma posição incorreta da realidade pelo qual temos dito: número de pessoas, número financeiro mensal. É insignificante esse valor, só resta, agora, colocarmos um ponto final nisso. Porém, essa situação toda vem se arrastando ao longo dos anos. Entre o período de

89 a 92, centenas, milhares de funcionários foram enquadrados no cargo de agente profissional, e nós trabalhávamos e que não estávamos juntos, próximos dos recursos humanos, nós que desempenhávamos as funções de nível profissional, fomos excluídos. 89, 90, 91, 92 e 2002.

Na época de 1998, quando estávamos elaborando os atos constitucionais, o artigo 24 dos Atos Transitórios da Constituição permitiu que União, Estados e Municípios fizessem as suas readaptações quando elaborassem um plano de cargos, carreiras e salários. Bom, os Pareceres que saíram da Secretaria da Administração eram esses: vocês não podem ser enquadrados enquanto não forem constituídos novos planos de cargos, carreiras e salários (nós tínhamos um quadro geral, não é Deputado Anibelli? (V. Exa. que faz parte, companheiro nosso de trabalho). E veio 2002. Em 2002 nós enchemos as galerias pedindo que fosse contemplado. Pela atitude radical de um Secretário que lá estava, não foi possível. Bem, trabalhamos, não desistimos, continuamos e aqui, agora, continuamos excluídos.

Sempre dizem que nós somos a “bola da vez”. Já éramos em 89, em 90, em 91, em 92! Não dá para esperar mais! Certo? Nós não temos muito mais tempo, a idade de todos, somos maduros, cabelos grisalhos, mas a experiência cada vez maior. Quase todos com curso de pós-graduação que nós, a comissão dos servidores públicos, estamos fazendo com que levem a cada um. Quer dizer, nós pensamos em atualizar o servidor, mas temos que ter a contrapartida!

Então, esperamos e queremos sair daqui, não com as mãos vazias, mas com atos concretos, assumidos! Não com aquela de que “eu não posso fazer porque teve uma ADIN”. Fizemos uma e nós fomos lá, defendemos e arquivamos aquela ADIN; não satisfeito, o mesmo grupo foi lá e entrou com outra ADIN. Parece mais uma fábrica de produzir ADIN do que uma vontade de resolver essa situação. Acredito que o governo tem boa vontade de resolver. Basta que neste momento saia daqui desta Casa, com esta boa vontade, com todo o respeito que temos por V. Exas., base do Governo, que aqui neste momento não existe oposição; existe a vontade de resolver esta situação que se arrasta a longos anos, a vários mandatos.

Não podemos mais permitir que a bola da vez tenha que esperar essa política, ou aquela. As leis estão aí, um ato bonito, resolveu. Os funcionários das IES foram contratados a partir de 91. Estão aí, estão concluindo. E nós, 1975, 77, 80, 81, 82, vamos continuar excluídos? Até quando que vamos carregar sozinhos esse ônus, ou vamos ter que dividir com todos?

Os fiscais do Estado, no seu Plano de Carreira e Salário, as classes de AF3 e AF4 constituídas por funcionários de 1º e de 2º graus foram ajustados na sua categoria de auditor e fiscal que é de terceiro grau. Mais uma vez ficamos só nós, aqui. Não dá, gente! Nós respeitamos V. Exas. respeitamos o Governo, acreditamos que vai ser resolvido, mas não dá para esperar a bola da vez.

Esses meus colegas que vieram, distante, gastando 150 reais para chegar aqui, é muito oneroso! Eles colaboraram com este e com aquele Governo nos seus trabalhos, e é difícil continuar essa luta sem nenhuma esperança, nenhuma expectativa. Nós não vamos desistir! Vamos dividir esse ônus, vamos trabalhar! A Lei 13666 é auto-aplicativa. Não precisa de nenhuma outra lei, porque, na hora que foi constituído esse QPPE - o Quadro Próprio do Poder Executivo, é que nós deveríamos ter sido enquadrados e não fomos! Vamos fazer agora, está lá a lei, não precisa de outra!

Em nome desses meus colegas aqui, que através dessa reunião e do que nós definimos pela manhã, e que o Deputado Dobrandino ficou de nos passar, de nos dar um retorno no período da tarde, esperamos que o nosso ilustre Deputado, Presidente, Líder do Governo, nos transmita que é o que meus colegas e eu queremos ouvir para levar aos nossos colegas em outra Secretaria. E creio que muito melhor vai funcionar o Governo: vai poupá-lo de inúmeros concursos desnecessários, porque no remanejamento vamos fazer com que muito funcionários de outras Secretarias passem a ser remanejados. E não haverá necessidade de novas contratações em várias Secretarias.

Temos uma mão-de-obra técnica; a maioria se aperfeiçoou com o tempo, acompanhou a evolução da tecnologia, Sr. Presidente. Ninguém ficou parado naquele ditado popular que “ganha-se pouco ou trabalha-se quando se recebe”. Esse pessoal, não! Eles são maduros, são responsáveis e são atuantes!

Deputado Augustinho Zucchi, esse pessoal, V. Exa. que é funcionário, foi do antigo ITCF, da Secretaria da Agricultura, conhece muito bem a tramitação de toda essa situação. Temos muitos Parlamentares aqui que, mesmo não tendo sido funcionários, sabem da situação, convivem com funcionários, têm uma participação grande nessa situação. E nós, esperamos sair daqui com uma posição concreta, afirmativa, do Governo. O Governo tem que, ou trazer para nós ou então mandar a esta Casa aqui, através do seu líder, que temos muito respeito por esta situação, Deputado Dobrandino.

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, ouço e acho que todos nós ouvimos com muita atenção o pronunciamento do convidado aqui, o Rui, em nome dos funcionários públicos. Lembro-me que foi uma grande discussão isso e inclusive fruto de um acordo que houve aqui no Plenário e no final do ano passado, mesmo que se diga que a Lei nº 13666 seja auto-aplicável, mas foi aprovada uma nova lei aqui para tratar exclusivamente do reenquadramento dos funcionários públicos que já - como foi colocado - vêm, a longa data, de muito tempo, trabalhando nesse sentido.

Deputado Pedro Ivo, quero imaginar o seguinte: que tenhamos aqui que fazer um apelo ao Deputado Dobrandino, porque parece-me que por parte desta Casa, por parte dos companheiros aqui Deputados, não há muito o que fazer, já que o que tínhamos que fazer, apro-

var a lei, aprovamos, e agora o que temos que esperar é que sejam reenquadrados os funcionários.

Então, queria fazer um apelo ao Deputado Dobrandino, nosso Líder do Governo, ele que tem equilíbrio para a condução de questões como estas, que são realmente bastante polêmicas, porque alguém entrou com uma ADIN. Acho que, como foi dito pelo próprio Rui, a 1366 é auto-aplicável. Já se derrubou uma ADIN, quer dizer, alguém entrou com outra ADIN, então já demonstra que isso é má vontade com relação a essa questão da aplicação. E nós, que votamos aqui em um acordo, quer dizer, nós não podemos ter feito isso aqui apenas e tão somente para dar uma satisfação legal aos funcionários.

Gostaríamos que fosse dado uma posição oficial por parte do Governo e tenho certeza e vamos fazer esse apelo ao Deputado Dobrandino, porque aí, Rui, o senhor que anda aqui há muito tempo representando os funcionários e sou funcionário como o senhor falou, sabemos que é o seguinte: há muito tempo vem sendo colocado em segundo plano o tal quadro geral. Há muito tempo! Eu mesmo, Sr. Presidente, recebo cobrança todo dia, dos meus colegas da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

Então, o que está se pedindo aqui é algo legal, algo que é justo. É apenas o reenquadramento e não é aumento salarial. Então, gostaríamos que fosse resolvido de uma vez por todas essa questão do reenquadramento.

Era a colocação que eu tinha a fazer.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, peço a compreensão do orador e acredito que até para contribuir para esta questão, lembro-me como se fosse hoje, que essa votação - disse muito bem o Deputado Augustinho Zucchi - foi em cima de um acordo, onde os servidores que estão hoje aqui reivindicando, estariam enquadrados. E, Deputado Dobrandino, V. Exa. sabe o respeito que a Oposição tem por V. Exa. e - se não me falha a memória - foi fruto de um acordo, conduzido pelo Chefe da Casa Civil, com toda a Bancada do PMDB, e foi assumido o compromisso. E nós temos um velho costume nesta Casa: compromisso assumido nesta Casa, é compromisso honrado.

Por essa razão, pelo respeito que temos dedicado ao Líder do Governo, Deputado Dobrandino, que tem uma postura que merece esse nosso respeito, espero que V. Exa. ligue ao Governador. Tenho certeza que ele está mal informado dessa situação. O valor é insignificante para o Governo neste momento, em torno de setecentos mil reais - se não falha a nossa assessoria, pois é um cálculo rápido que foi feito - e ficaríamos aqui dando a atenção e cumprindo com o compromisso que foi selado em uma votação entre Oposição e Situação nesta Casa.

Era esse o posicionamento e a colocação que queria fazer ao orador e ao Líder do Governo, e ele sabe o respeito que dedicamos à sua pessoa.

Obrigado!

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Pela Ordem)**

Rui, Srs. Deputados, Sr. Presidente.

Desde o mandato passado, já há a reivindicação da situação do enquadramento. Perdemos o momento, Deputado Augustinho Zucchi, de fazer o reenquadramento com tranqüilidade. Foi no momento em que se votou a Lei 13.666, promulgada no dia 05 de julho de 2002.

Esse era o momento do enquadramento, porque quando se cria um quadro próprio, se tem condições, na alegação do Rui, do artigo 24 das disposições contraditórias, de fazer o enquadramento que, naquele momento, não foi feito. Acho interessante e aí é bom que os interessados ouçam e vejam, é muito fácil fazer o discurso agora depois de criado o imbróglio jurídico, fazer o resgate do momento em que foi feito. Lembro-me de você, Rui, nesta galeria, nesta tribuna, solicitando que fizéssemos a inclusão, mas não tínhamos número suficiente. Você vem lutando nesse período todo, o que há também de se admitir que não tem faltado ao Governo vontade de fazer, porque essa Lei 14.590 é uma lei promulgada pelo Governador Roberto Requião e ela autoriza o enquadramento.

Agora, se tiveram colocações no Superior Tribunal Federal de uma ADIN, o Governo não pode ser responsabilizado; foi o Governo que, através do procurador Geral, derrubou a ADIN. Vamos continuar trabalhando como sempre fizemos, porque entendemos ser uma questão de justiça, uma questão de direito, uma questão de resgate dos funcionários, como você, como o Planch (?) e muitos outros que de geólogos e engenheiros se transformaram em advogados para poderem defender a causa, mas não podemos esquecer que a origem não está aqui, não está neste Governo; está no momento em que não se acolheu, na votação da Lei 13.666, em 2002. Conversamos, como eu havia entendido, hoje pela manhã com o Dr. Sérgio Botto de Lacerda a respeito do enquadramento através da Lei 13.666. E o que disse o Procurador? “Inclusive, com o decreto 5205 de 04 de agosto de 2005, essa é uma decisão judicial”.

E eu ainda questioneei o Botto de Lacerda: por que não transformamos essa jurisprudência para que possamos acolher as demais? E disse, é caso a caso, porque não conheço os casos que motivaram a Justiça a deferir esse enquadramento. E ele disse: “vou me esforçar para que possamos fazer o enquadramento no menor tempo possível”.

Mas, Deputado Rossoni, quando se tem uma proposta de legislação ou mesmo uma proposta de enquadramento sendo questionada no Supremo Tribunal Federal, fica muito mais difícil de se fazer o enquadramento através de uma lei ordinária. Por isso é que precisamos nos acerrar de todos os cuidados! Mas, podem ter a certeza que o mesmo compromisso que temos assumido esse tempo, reconheço a paciência, mas sempre vou ter.

Agora, não posso admitir é pegar carona quando tinham a oportunidade de corrigir e não corrigiram,

quando tinham o dever de fazer o enquadramento e não fizeram, e agora atribuem ao Governo, depois de ter criado o imbróglio! Aí não! O Governo tem trabalhado com seriedade, com firmeza, com coerência, porque tem responsabilidade! O Roberto Requião foi o Governador que mais se preocupou em regularizar os quadros funcionais e ele vai fazer!

Não adianta, sou um defensor de vocês, só que as questões precisam ser tratadas com seriedade, para que possamos fazer o progresso. Não é tentando fazer, como fizeram aqueles que tinham responsabilidade no passado, não fizeram e agora cobram. Cobrar é fácil, do outro! Nós, vamos fazer! O Governador Roberto Requião vai fazer! O Botto de Lacerda vai apresentar! Vamos ter uma conversa logo mais com o Governador, para apresentar a proposta da 13.666, que já foi apresentada, no passado. Você mesmo foi um dos signatários daquela proposta, só que o *caput* do artigo 39 foi mudado e mudou a condição.

Por isso é que precisamos de muita serenidade para encaminhar isto, serenidade que vocês tiveram até agora, você e toda a equipe. Com certeza vamos nos empenhar mais ainda para que o Governo dê a resposta que não foi dada no passado, porque faz 25 anos, tem cidadão que trabalha há 25 anos e vive nesta condição e o Governador Roberto Requião, com certeza, dará dignidade a este quadro de 1200 pessoas, 1200 trabalhadores, 1200 servidores paranaenses que há muitos anos vêm atendendo aos interesses do nosso Estado.

Pode ter certeza, Rui, podem ter certeza os funcionários do Estado do Paraná, esta questão será resolvida.

**O SR. RUI DA SILVA**

Deputado José Maria, com todo o respeito por V. Exa., pela amizade que temos, que trilhamos nesta luta, V. Exa. é pioneiro nisso daí. A aplicabilidade do enquadramento da Lei 13.666 não caduca, é direto, está em plena vigência. Vamos simplesmente corrigir o que não foi feito há dois anos e meio atrás, entende? Nós consultamos, Deputado Dobrandino, as mais conceituadas autoridades em Direito Administrativo, que são sensíveis à nossa causa, são atuação direta; não tem discussão, nada. Então, fique tranqüilo que somos sérios e buscamos a situação mais séria, sempre, para ajudar o Governo a nos ajudar.

Peço encarecidamente a V. Exa., porque já nos sacanearam muito, palavra, termo popular, entende, sabemos quem são as pessoas. Então, peço a V. Exa. que foi passado, inclusive, por cima de V. Exa. esse grupo oculto, como um rolo compressor sobre o Caíto, nosso Secretário, que sempre nos atendeu bem, não dá para continuar aceitando que essas forças ocultas, que nós sabemos quem são, passem por cima de V. Exas. da base do Governo, como um rolo compressor, omitindo, mentindo para criar uma situação constrangedora contra nós. A lei está em vigor, o enquadramento é devido, esse pessoal, no qual me incluo, estamos e nos encontramos excluídos.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Apenas, Sr. Presidente e Rui, uma situação, parte daquilo que coloquei: coloquei, com informação que o senhor havia prestado a nós, a alguns Deputados aqui.

Agora, o Deputado José Maria colocou uma informação que é bastante contraditória com isso que o senhor havia colocado, de que quem derrubou a ADIN foi a Procuradoria Geral do Estado.

O SR. RUI DA SILVA

Não, eu vou explicar para V. Exa.

Nós, a Comissão dos Servidores Públicos, nos debruçamos cinco dias para formular o processo dessa ADIN, com apoio do Dr. Airton Loyola, que aí se encontra, e o Dr. Frederico, defendemos junto com a Procuradoria Geral da Assembléia Legislativa, que nos atende maravilhosamente, inclusive estaremos defendendo na próxima; não estamos contando com ela, mas vamos defendê-la - também a PGE fez a defesa dela, veja bem, também.

Ninguém omitiu nada, compreendeu, Deputado?

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Apenas para ficar claro, Sr. Presidente, não gosto de cometer injustiça naquilo que falamos, a não ser, obviamente, por falta de informação ou equívoco.

Então, quando eu falei aqui que era má vontade, porque havia a ADIN, não é porque a PGE também fez a sua defesa. O que eu quero fazer é esta retificação no pronunciamento que fiz: a PGE, se ela entrou também para derrubar a ADIN, ela também cumpriu a sua parte representando o Estado.

O SR. RUI DA SILVA

Deputado Augustinho Zucchi, sabemos quem foi, só não queremos externar aqui.

Defendemos com o apoio de alguns Procuradores que nos auxiliaram...

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

O senhor está achando que tem alguém do Governo dando o tapa e escondendo a mão.

É isso que o senhor quis dizer, Sr. Rui?

O SR. RUI DA SILVA

Pode ser.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Na minha opinião o senhor deveria deixar isso consignado nesta Cada de Leis, para que a população saiba, exatamente, com quem estamos tratando, até para que os Deputado do Governo não sejam colocados numa situação de saia justa.

O SR. RUI DA SILVA

Por isso que o Governo tem uma informação distorcida da situação, Deputado Bradock.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Primeiro, quero responder ao Deputado Barbosa que não temos saia justa, porque falamos a verdade. Não tem nada de vir aqui enganar servidores, eles são pessoas que estão aqui no seu direito, reivindicando seu direito. Temos que falar a verdade!

Queria fazer uma pergunta: quantos anos faz que estão brigando por esse aumento?

O SR. RUI DA SILVA

Oficialmente, a Comissão dos Servidores Públicos, desde novembro de 98, mas, sem ela, eu já venho desde que me formei em 91, quando fiz o meu pedido. Milhares de pessoas foram contempladas e o meu ficou arquivado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Já me respondeu, agradeço a sua resposta.

Isso é para vocês verem que também no Governo passado tinha as reivindicações, agora o discurso é só para a platéia ver que muitas vezes o discurso não é verdadeiro.

Estou falando - se quiserem me vaiar não tem problema nenhum - estou aqui fazendo uma defesa do Governo! Eu vi, ainda há pouco, um Deputado de Oposição, na tribuna, dizendo que este é um Governo virtual. Não é verdade! Este é um Governo sério e depois eu vou falar, no meu discurso, da conversa que tivemos, eu e o Deputado José Maria, agora, depois do plenarinho, com o Procurador Geral. Este Governo vem, na verdade, revendo as injustiças cometidas com os funcionários, ao longo do tempo! Então, o Governo, não é que vai fazer isso, o Governo está fazendo! Claro que não fez para todas, mas eu conversava ainda há pouco e o Procurador esclareceu-nos que existia um processo na Justiça, uma ADIN que com o apoio de vocês e a PGE, foi derrubado. Agora a Procuradoria da República entrou com outra ADIN de novo, não só para o Paraná mas com vários Estados do Brasil, mas ele levou o nosso pedido, está estudando agora, falei com ele faz menos de meia hora. Ele está estudando agora, falei com ele faz menos de meia hora. Ele está estudando a possibilidade de, através dessa Lei 13666, poder atender o enquadramento desses servidores. Ele já falou com o Governador e está estudando isso.

Meus queridos servidores, eu não posso fazer discurso aqui só para agradar vocês. Tenho que falar aquilo que é a verdade! Eu pouco venho à tribuna, mas eu ajo bastante. Enquanto muitos estão na tribuna eu estou no Governo, discutindo com o Procurador, com o Governador, para que corrija a injustiça com os funcionários. Não preciso de tribuna para agradar ninguém! Fazemos aquilo que é da nossa responsabilidade! O importante é falar para vocês, não é aquilo que vocês querem ouvir, mas aquilo que vocês precisam ouvir, que é a verdade!

Tenho certeza, servidores, que nesta conversa que tivemos com o Procurador, agora, ele disse que amanhã

nos dá uma resposta e eu vou informar ao Rui. Estamos trabalhando dentro da possibilidade, mesmo com essa ADIN que está instalada lá no Supremo Tribunal Federal vai poder enquadrar através da 1366.

Quero dizer a vocês que estamos fazendo isso com responsabilidade!

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Gostaria de contrapor aqui, algumas informações e afirmações dos Srs. Deputados de Governo.

No mesmo entendimento jurídico, o Governo tem todas as condições de implantar, até porque a ADIN ainda não foi julgada. Se esse Governo respeitasse lei, ele não estaria se contrapondo a uma decisão superior com relação à soja transgênica do Paraná! Está definitivamente autorizada pelo Governo Federal e, aqui, no Paraná não se cumpre, não se obedece! Então, não tem razão para não se aplicar a lei, até porque não há ainda uma decisão da ADIN. É vontade política de fazer acontecer. E não tenho a menor dúvida, já existe, não foi julgada. E não tenho a menor dúvida...

Parece-me que esse jogo está sendo armado: amanhã julga-se essa ADIN do Procurador da República, quando se julga essa.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

O tempo já se esgotou.

Esta Casa agradece a participação do Sr. Rui, representando os servidores públicos, uma luta justa e desejamos que se tenha sucesso nessa caminhada nessa luta justa de todos vocês.

Muito obrigado.

### ***Horário das Lideranças:***

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PDT, o Sr. Barbosa Neto.

### ***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto***

**O SR. BARBOSA NETO**

Aproveito apenas para subir à tribuna e quero aqui deixar bem claro que nós não podemos usar os nobres companheiros que se deslocam de todas as partes do Estado, para estar com muito esforço presente no plenário na tarde de hoje.

V. Exas. sabem muito bem que não tenho a postura de jogar pela platéia. Ontem, a platéia estava muito mais lotada e não fiz uso da palavra, e em várias outras oportunidades também, mas me sinto no dever de subir à tribuna, Deputado Dobrandino, por uma questão de ordem, de justiça e respeito até a V. Exa., como Líder desse Governo, porque as informações que chegaram à Comissão dos Servidores do quadro próprio do Poder Executivo era de que em uma das negociações, após a

reunião com todos os membros da Bancada do PMDB, no dia 01 de agosto, foi levado para o Governador Roberto Requião novamente o problema dos servidores para que eles fossem enquadrados, e ali recebeu-se a notícia de que V. Exa. não pôde levar ao conhecimento do Governador, porque ele estaria, entre aspas, mal humorado.

Isso dito inclusive por Secretário do Governo. E nós sabemos, na verdade, que essa informação não procede, porque se não, vai chegar até os próprios servidores de que o Governador para eles está sempre mal humorado.

Para a Polícia Civil, para os professores e para outros, não tinha esse mal humor.

Sou um Deputado de Oposição, mas tenho que ter a responsabilidade, porque o Governador não sabe de tudo que está acontecendo. Nem tem condições de saber de tudo que se passa inclusive nesta Casa, mesmo sendo bem representado com a maioria dos Deputados.

Então, nós estivemos hoje pela manhã no Gabinete da Liderança do Governo, posteriormente me reuni com o Deputado Rossoni. Queremos fazer um encontro das necessidades, e acima de tudo, da realidade do Governo.

Já vou até passar a palavra a V. Exa. Mas, a bem da verdade, temos que dizer agora, com o compromisso de V. Exa, que a Lei nº 13666/02 seja auto-aplicável. O problema deles pode ser resolvido com esse compromisso.

Então, desculpe não queria utilizar a tribuna apenas para dar entrevista, não, mas que esse é um caso de justiça e os verdadeiros renegados e injustiçados ao longo dos últimos anos vêm sendo esses servidores, que tiveram compromisso do Governador de que resolveria o problema, estando no Palácio Iguaçu.

Concedo aparte a V. Exa.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Deputado Barbosa, eu agradeço V. Exa. por essa informação que está dando. Se tiver outra, não é verdadeira, e eu já falei com o Governador sobre esse caso dos servidores, esses que estão enquadrados e as mais diversas categorias do Estado, por inúmeras vezes, e só desta aqui, falei com o Rui hoje, por várias vezes eu já conversei com o Governador e eu que sou Deputado como V. Exa. e todos aqui, não vamos, - porque o Governador está bem ou mal humorado - deixar de falar e reivindicar aquilo que é justo! Não é verdadeira essa informação de que o Governador está mal humorado! Nós não falamos isso.

Eu conversei com o Governador sobre aquilo que é de interesse público, em todos os momentos, na sua casa, no seu gabinete ou por telefone porque eu, graças a Deus, não devo nada para ninguém, faço com a devida consciência e cobro do Governo, aquilo que é justo.

Vamos continuar cobrando o caso desses servidores, até que seja resolvida essa questão e eu espero que nos próximos dias, seja.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Eu espero que V. Exa. faça essa colocação e mostre, inclusive a maturidade da própria Oposição. Acaba de retirar a Emenda no projeto das Instituições do Ensino Superior que, na opinião do Governo, acabei me encontrando com o Secretário Aldair Rizzi e vinha em prejuízo até aos próprios servidores, próprios docentes das Instituições de Ensino Superior.

Eu acho que essa tem que ser a nossa visão, o nosso comportamento acima de tudo.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

Permite-me um aparte Deputado?

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Concedo primeiro ao Deputado Rossoni e, na sequência, ao Deputado Elton Welter, depois Antonio Anibelli se o Presidente me permitir.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Barbosa, apenas para acrescentar, para ficar claro, quanto à questão da ADIN.

Na verdade, a ADIN tem que estar transitada e julgada em última instância. Então, se o Governador quiser, daqui a pouco, na conversa com o Deputado Dobrandino, aplicar, poderá ser aplicado.

Uma outra questão sobre a questão da ADIN.

O Governo não respeita ADIN; a ADIN, dos Transgênicos foi julgada no Supremo e ele não respeita. Então, por esta razão é que eu acredito que vai prevalecer o posicionamento do Deputado Dobrandino, porque ele, na realidade...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

... na realidade, não quer saber do bom ou do mal humor do Governador.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

Eu quero parabenizá-lo pela grandeza de V. Exa, na medida em que tira aquela emenda do projeto da melhoria da condição salarial dos servidores das Universidades Estaduais do Paraná. Isso demonstra o Parlamento que V. Exa. é, sensível à vontade de ajustar a lei, de melhorar. Muitas vezes a gente pode cometer injustiça e V. Exa. mostrou o quanto é justo, o quanto foi grande.

Parabéns a V. Exa. Eu quero dizer mais, que esse Governo de fato tem valorizado o servidor público, quando regulamentou mais de dezessete mil cargos das Instituições de Ensino Superior. Esse é um grande exemplo, e na EMATER vai criar o Plano de Carreira para todos os funcionários e isso vai criar condição de concurso público para fazer extensão rural para o Paraná.

Por isso votei pela autarquização da EMATER, sem medo de ser feliz.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Seu tempo já se esgotou, Deputado Barbosa Neto.

Já esgotou o minuto, Deputado Barbosa.

## *Liderança do PT: Deputado Ângelo Vanhoni*

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes.

Apenas para deixar manifesta a solidariedade da nossa Bancada com as reivindicações dos servidores públicos e o meu testemunho pessoal que, representando a nossa Bancada, estive na reunião junto com o Procurador Geral do Estado, que veio à Assembléia Legislativa pela manhã, ficou quase até o meio-dia junto com o Deputado José Maria Ferreira e o Líder Deputado Dobrandino.

A tônica da discussão foi da forma legal para que o problema do enquadramento dos servidores públicos do Estado do Paraná, fosse de forma definitiva, resolvido. Há um entendimento do Governo, expresso pelo Procurador Geral de que precisa-se de, uma vez por todas, buscar uma solução.

Para corroborar as palavras do Líder, do Deputado Dobrandino, eu estava presente nessa reunião e vi as declarações do Procurador Sérgio Botto.

Outro motivo que me traz à tribuna é algo que nos deixa engrandecidos, para nós, paranaenses. Terminou o Festival de Gramado, que é um festival que ocorre anualmente, que premia o cinema, essa expressão cultural importante da sociedade moderna, que premia o cinema no Brasil inteiro.

O filme mais premiado é um filme que foi rodado no Estado do Paraná, chama-se Gaijin II que tem a diretora Tizuka Yamazaki, que trata da colonização japonesa, dos imigrantes japoneses que vieram para o nosso país, Brasil.

O que nos deixa com maior felicidade é que dois filmes que disputaram do Festival de Gramado, foram premiados, sendo os dois aqui, do Paraná. O primeiro, e eu estou apresentando uma moção de aplausos, acho que a Assembléia Legislativa tem que prestar essa homenagem "Cafundó". Que é do Genaro, do Lázaro Ramos, do Roberto Eliezer, da Vera Hamburger, também, contracenado pelo Paulo Betti e Clóvis Bueno. Teve o prêmio de melhor filme no Festival de Gramado, agora. Além disso, conquistou alguns outros prêmios: melhor filme de longa metragem, terceiro melhor filme de direção de arte e quarto melhor filme na área de fotografia, o quinto melhor ator para Lázaro Ramos.

Então o reconhecimento, por parte da Assembléia Legislativa, nessa expressão cultural tão importante para nós que é premiação conquistada pelo Genaro, o Cafundó, no Festival de Gramado.

Outro filme que nos deixa com bastante alegria e muito orgulho que também foi premiado de Joana Nin, pela premiação do filme Visita Íntima. Ganhou o prêmio

de melhor direção de arte, melhor fotografia entre todos os filmes do festival e o melhor ator, também, o Lázaro Ramos.

A Bancada do nosso Partido registra com alegria esse momento, porque no Estado do Paraná e no Brasil está acontecendo um fenômeno muito interessante do ponto de vista da cultura. O cinema nacional, nesses últimos cinco, seis anos, ganhou destaque no mundo inteiro. Filmes produzidos no Brasil ganham de bilheteria nos filmes produzidos em Hollywood, e que todos nós sabemos que é a grande indústria cinematográfica mundial. Filmes como *Carandiru* tranquilamente ultrapassaram os dois milhões de telespectadores nas salas de cinema do Brasil inteiro.

O cinema no Estado do Paraná está num grande momento. O Governador Roberto Requião sancionou e publicou em edital um prêmio de cinema. Há um dinheiro do Orçamento do Estado que premia e conduz recursos a fundo perdido para a construção de uma longa metragem e três telecines no Estado do Paraná. Outros Estados já possuem um apoio da parte dos Governos na área do cinema; no Paraná é a primeira vez que isso vem acontecendo.

O Governador inaugura, agora, nesta semana e, no final de semana que passou terminou, o vestibular para o ingresso de 30 alunos na escola de cinema que está sendo conduzida pela Ítala Nandi aqui no Estado do Paraná. É previsto também para o ano que vem, mais 30 vagas.

Então, os cinemas e as artes do Estado do Paraná, estão dando um salto de qualidade. Nesse momento há seis longas metragens. Nenhum Estado da Nação tem essa envergadura. Há seis longas metragens que já foram filmados; estão em fase de finalização no Estado do Paraná. Um, *pasmem*, os senhores, de Cascavel de uma produção independente que tem um pólo de cinema e um em Maringá, que tem um festival de cinema, segundo ano consecutivo.

Está aqui a Cida Borghetti. Aqui vai um pequeno recado: a Prefeitura de Maringá apóia a iniciativa da sociedade, um grupo de cineastas. É muito importante, há um festival de cinemas em Londrina e nós aqui estamos inaugurando...

**(É retirado o som)**

Deixo para falar sobre isso no Grande Expediente. A votação das moções deverá ocorrer na hora dos requerimentos. Gostaria que os Srs. Deputados homenageassem o cinema do Estado do Paraná, aprovando as moções de apoio e engrandecimento ao cinema do nosso Estado.

**O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT) (Pela Ordem)**

Quero saudar nesta tarde, todos os servidores do Estado do Paraná do Ensino Superior. Quero também cumprimentar o Governador, por essa reestruturação do quadro e aproveitar para apresentar o nosso companheiro de Partido, o Prefeito de Mallet, Rogério, que nos visita nesta tarde e abrilhanta as nossas galerias.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

A Casa dá as boas-vindas e registra a presença do nobre Prefeito de Mallet, Sr. Rogério.

Próximo orador, Valdir Rossoni.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero aproveitar também para cumprimentar o Prefeito de Mallet, o qual tive a satisfação de o meu grupo colocar os seu vice, um bom Prefeito do Município de Mallet.

Sr. Presidente, é bom até que tenha aqui nesta Casa pelo menos um Prefeito. Gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados para uma questão gravíssima que está acontecendo no nosso Estado.

Nós temos aqui um editorial escrito pelo Conselheiro Rafael Iatauro, onde ele diz, com todas as letras, que o Governo do Paraná, o atual Governo coloca a mão no dinheiro dos Municípios! Ele diz o seguinte: “O Estado deixou de repassar 21 milhões e setecentos aos Municípios, de transferências do ICMS”.

Quero dizer aqui o seguinte: Esta é a posição do Tribunal de Contas do Estado, que diz que o Governo do Estado deixa de repassar 21 milhões e setecentos! Quer dizer, não adianta tirar do Município cem mil reais e devolver uma ambulância.

Por esta razão, nós achamos, através da nossa assessoria, que o Estado tem que sofrer as penalidades dentro da lei. O Estado é obrigado a cumprir a lei.

Por esta razão, estamos entrando com uma Questão de Ordem ao Sr. Presidente da Assembléia. Gostaria que V. Exa. como Vice-Presidente, encaminhasse ao Presidente da Assembléia, porque esta Casa tem a autoridade para defender os Municípios do Paraná. E se não tomarmos medidas em cima do que o Tribunal de Contas está falando, nós estaremos prejudicando os nossos Municípios.

Por esta razão, eu recorro a Constituição Federal, no artigo 34, inciso V da alínea A, aonde diz o seguinte: “A União não intervirá nos Estados, exceto para reorganizar as finanças da unidade da Federação que deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias, fixadas na Constituição”.

Por esta razão, Sr. Presidente, eu aguardo medidas desta Casa para que, primeiro, chame o Conselheiro Rafael Iatauro, talvez até para uma audiência pública, Deputado Bradock. Talvez até ele venha a esta Casa justificar o seu editorial, aonde acusa o Governo de retirar recursos constitucionais dos Municípios.

O Conselheiro, ao afirmar isso, quero acreditar de que está falando a verdade, e por esta razão, Sr. Presidente, a Assembléia Legislativa tem no Tribunal de Con-

tas um órgão auxiliar, e quando nós vemos um Conselheiro se pronunciando numa questão gravíssima como esta, eu até fico me perguntando: Por que a Associação dos Municípios ainda não agiu? Mas, se ela não agiu, esta Casa deve agir, fazer com que o estado cumpra a Constituição.

Por esta razão deixo esta Questão de Ordem a V. Exa. e à Executiva desta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PMDB. Liderança da Oposição. Liderança do Governo.

(**Declinam**)

Antes dos projetos que necessitam de apoioamento, há sobre a Mesa um requerimento de autoria da Deputada Cida Borghetti, requer que seja realizada, logo após a Sessão, uma Sessão Extraordinária. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

Está encerrada a Hora do Expediente.

## **Ordem do Dia:**

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 52 Srs. Deputados.

## **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Carlos Simões, na qualidade de Líder do PTB, indicando seu nome em substituição ao Deputado Ailton Araújo como membro da CCJ, representando o Partido Trabalhista Brasileiro. **À Diretoria Legislativa, para providências.**

Expediente subscrito pelo Deputado Waldir Leite, na qualidade de Líder do PPS, constante do expediente, indicando o Deputado Marcos Isfer, para compor a Comissão Especial de Investigação dos Caça níqueis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Indicação nº 033/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, sugerindo a alteração do salário-referência de R\$ 228,41, para R\$ 300,00 aos professores universitários aposentados. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 034/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, sugerindo a criação do quadro de professores sênior, no Ensino Superior do Paraná, com aproveitamento dos professores aposentados. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do Deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2372, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessão Extraordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **2ª Discussão**

#### **ITEM 01**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/2004, que objetiva transformar a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, em autarquia, sob a denominação de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER. PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. PARECER FAVORÁVEL DA CF. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. AS EMENDAS 01, 02 E 03 COM SUBEMENDA A EMENDA 01 E PARECER CONTRÁRIO À EMENDA 04.

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBEMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 484/2005**

O artigo 6º do Projeto de Lei nº 484/2005, passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 6º...

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa dentro de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei, o Plano de Cargos, Carreiras e Salário do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.



§ 2º Integração o referido Plano, os funcionários que não optarem pelo plano de Demissão Voluntária proposto pelo Poder Executivo e que estejam regularmente contratados pela Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR.”

O artigo 9º do Projeto de Lei nº 484/2004 passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 9º Esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 22.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Apoio: Hermes Fonseca.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA ÀS EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 484/2004

### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

Trata-se da análise de quatro emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 484/2004 (Autarquização da EMATER/PR), projeto este que, quanto à constitucionalidade e legalidade, obteve na Comissão de Constituição e Justiça, parecer pela sua rejeição.

Não obstante o exposto, cabe a este Relator exarar parecer acerca das Emendas de Plenário ao projeto que, por força da conversão do Plenário em Comissão Geral acabou por ser acatado, frise-se, contrariando o parecer exarado por este Relator, e aprovado por esta Comissão.

Reitera-se aqui a análise constante do parecer original ante ao desrespeito do referido projeto à boa técnica legislativa ao não especificar expressamente os dispositivos que revoga (artigo 10), à afronta ao juízo de cabimento e oportunidade da autarquização em face de definição jurídica administrativista de autarquia, da desconsideração das devidas implicações trabalhistas e aumento de despesas, além de sua completa desconformidade com a Lei Complementar 101/2000. Resumidamente, estes são os tópicos que viciam de ilegalidade e inconstitucionalidade o Projeto de Lei nº 484/2004.

Destaque-se, ainda, que neste momento serão apenas analisadas as Emendas de Plenário, adicionadas ao projeto original em 2ª votação.

#### Legitimidade:

Nada há a obstar a legitimidade, autorizada pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa, dos parlamentares subscritores das emendas sob análise.

#### EMENDA 01 - Modificativa de autoria da bancada do PPS

##### Resumo:

A emenda sob análise tem como objetivo incluir três parágrafos ao artigo 6º e dar nova redação ao artigo 9º do referido projeto.

O parágrafo primeiro da emenda determina que o Poder Executivo deverá enviar à Assembléia dentro de 90 dias, a contar da publicação da lei, o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do Instituto EMATER.

O parágrafo segundo dispõe acerca da inclusão no PCCS dos funcionários que não optarem pelo Plano de Demissões Voluntárias proposto pelo Executivo e que estejam contratados pela EMATER até a data de publicação da lei.

O parágrafo terceiro concede aos atuais funcionários da EMATER a garantia de estabilidade funcional por cinco anos.

A redação do artigo 9º passa a condicionar a entrada em vigor da lei após o cumprimento do disposto no parágrafo primeiro da presente emenda.

#### Do direito:

**As disposições dos parágrafos 1º e 2º são constitucionais**, uma vez que o artigo 63 da Constituição Federal possibilita a apresentação de emendas ao projeto de iniciativa privativa do Governador do Estado, desde que estas não aumentem o montante das despesas previstas no projeto original.

Corroborando este entendimento, Alexandre de Moraes, assevera que:

“Os projetos de lei enviados pelo Presidente da República à Câmara dos Deputados, quando de sua iniciativa exclusiva, em regra, poderão ser alterados, por meio de emendas apresentadas pelos parlamentares, no exercício constitucional da atividade legiferante, própria do Poder Legislativo.

Há, entretanto, uma exceção ao texto constitucional, uma vez que não são permitidas emendas que visem ao aumento de despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, sendo de flagrante inconstitucionalidade a norma inserida por emenda parlamentar, em projeto de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, que acarreta aumento de despesa pública, por flagrante ofensa ao princípio de independência e harmonia entre os Poderes da República.”

Assim, conforme reza a emenda modificativa de Plenário, deverá o Governador do Estado encaminhar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Instituto EMATER,

**A redação do parágrafo 3º é inconstitucional**, uma vez que a concessão de garantia de estabilidade aos funcionários da EMATER por cinco anos afronta dispositivo constitucional.

**Art. 41.** São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de ori-

gem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Assim, a permanência ou não no quadro do funcionalismo público estadual de funcionários não enquadráveis nos dispositivos supra mencionados é matéria de competência do Poder Executivo, não ficando este vinculado a determinações prévias.

Portanto, flagrantemente inconstitucional a redação do parágrafo terceiro da emenda modificativa de Plenário, razão pela qual não deve ser aprovada.

A nova redação atribuída ao artigo 9º, condicionando a entrada em vigor da lei a prévio cumprimento de dispositivo da própria lei é vedada pelo ordenamento pátrio. A legislação somente autoriza a estipulação de *vacatio legis* nos termos da Lei Complementar 95/98.

Afinal, por mero exercício lógico, não há como admitir-se que o dispositivo condicionador seja cumprido antes de sua própria vigência.

Portanto, somente por meio de subemenda modificativa - determinando que a Lei entrará em vigor em 120 dias - poderá o artigo 9º do Projeto de Lei 484/2004 ser sanado.

#### **Constitucionalidade:**

Assim, a **emenda modificativa nº 01**, de plenário, **merece ser aprovada na forma da subemenda modificativa em anexo.**

#### **EMENDA 02 - Aditiva de autoria do Dep. Valdir Rossoni e outros**

##### **Resumo:**

A presente emenda sob análise tem como objetivo acrescentar ao texto do Projeto de Lei nº 484/2004 artigo determinando que o Poder Executivo seja responsável pela manutenção do patrocínio do Plano de Benefícios da Fundação Assistencial Previdenciária da EMATER - FAPA.

A Emenda em análise trouxe a lume assunto de vital importância que fora omitido no projeto de lei originário.

Há que se considerar que a referida Fundação Assistencial Previdenciária abarca funcionários da hoje Empresa Pública EMATER.

##### **Constitucionalidade:**

Assim, opinamos pela aprovação da Emenda 02, pois não existem óbices legais ou inconstitucionais que a maculem.

#### **EMENDA 03 - Supressiva de autoria do Deputado Valdir Rossoni.**

##### **Resumo:**

A presente emenda tem como objetivo suprimir o artigo 10 do Projeto de Lei 484/2004.

##### **Do Direito:**

Nada há a obstar a aprovação da presente emenda.

A subtração do artigo 10 da redação do Projeto de Lei nº 484/2004 contribui para com a boa técnica legislativa pois se tratava de cláusula de revogação vedada pela Lei Complementar 95/98, artigo 9º.

##### **Constitucionalidade:**

Opinamos pela aprovação da emenda 03.

#### **EMENDA 04 - Aditiva de autoria do Deputado Elton Welter e outros.**

##### **Resumo:**

A presente emenda tem como objetivo adicionar artigo ao Projeto de Lei nº 484/2004 dispondo que o Poder Executivo, após 60 dias da aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Instituto EMATER, “abrirá” Edital de Concurso Público para o Instituto EMATER.

##### **Do Direito:**

A pleiteada adição atenta contra o Princípio da Separação dos Poderes constante da Constituição Federal.

A publicação de Edital de Concurso Público é atribuição do Poder Executivo que dentro de sua discricionariedade de gestão não se encontra vinculado a determinações prévias.

A proposição atenta contra dispositivos constitucionais ao não estar acompanhada de demonstrativo de viabilidade orçamentária.

Dispõe a Constituição Estadual:

Art. 68. Não é admitido aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas as emendas ao projeto de lei do orçamento anual, quando compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual; (...)

Ademais, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I - as exigências dos artigos 16 e 17 desta lei complementar, e o disposto no inciso XIII do artigo 37 e no parágrafo 1º do artigo 169 da Constituição;

II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

##### **Constitucionalidade:**

Opinamos pela rejeição da emenda 04.

##### **Conclusão**

Desta forma, o meu parecer é favorável à Emenda Modificativa de Plenário nº 01, da forma da subemenda modificativa em anexo; pela aprovação da emenda aditiva de plenário nº 02; pela aprovação da emenda supressiva de plenário nº 03 e; pela rejeição da emenda aditiva de plenário nº 04.

Embora aprovada a legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 484/2004 em Plenário, reitero

que as emendas apresentadas não saneiam vícios e omissões de legalidade e constitucionalidade da mensagem original de autoria do Poder Executivo apontadas anteriormente nesta Comissão Permanente.

Sala das Comissões, em 22.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Barbosa Neto, Ailton Araújo, Nelson Justus, Ratinho Júnior, Hermes Fonseca e Elton Carlos Welter.

Está em votação o projeto, ressalvadas as emendas.  
Deputados que aprovam...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, gostaria de ter a atenção dos Srs. Deputados.

Estamos, neste momento, votando em 2ª Discussão o projeto de autarquização da EMATER.

Por esta razão, pedimos aos Srs. Parlamentares que são contrários à autarquização, que já votaram na constitucionalidade conosco, que votem, agora, e aumentem os votos e que possamos derrubar este projeto no mérito.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos entrando em processo de votação e pedimos a atenção dos Srs. Deputados para que votemos contrário ao projeto do Governo, de autarquização.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, estamos neste momento votando as emendas ou o projeto?

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

O projeto, ressalvadas as emendas. Logo em seguida, votaremos as emendas.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Então, quero encaminhar o projeto.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos solicitando para encaminhar o projeto contra a autarquização da EMATER, uma vez que na constitucionalidade nós conseguimos dezenove votos contra 31 pela sua constitucionalidade. No mérito, neste momento que estamos encaminhando o projeto, nós queremos discutir o trabalho que a empresa EMATER está prestando em favor da agricultura do Estado do Paraná.

Ora, Srs. Presidentes, Srs. Deputados, uma frase que todos nós conhecemos, usada geralmente pelos técnicos de futebol, diz: “em time que está ganhando não se mexe”! E aí eu pergunto: isso não seria aplicável, também, para a EMATER?

Ora, ouvimos o Presidente do Sindicato, na primeira votação e em diversas Sessões que antecederam à votação do projeto. Discutimos mesmo, falamos sobre o

trabalho que a EMATER tem prestado à nossa agricultura paranaense.

Alguém disse, eu confirmo isso, que não existe um programa agrícola do Governo do Estado e nem do Governo Federal que não tenha a participação da EMATER, ou seja, do seu técnico, seja ele técnico agrícola, seja ele agrônomo, seja ele zootecnista, ou qualquer outra profissão que ele exerça dentro da empresa EMATER.

Por exemplo, o Programa Paraná Doze Meses, só foi possível a sua implantação e aplicação em favor da agricultura graças à parceria que o Conselho Municipal da Agricultura manteve com a EMATER. Os Programas foram e são eficientes e sua aplicabilidade só foi possível graças ao corpo técnico da EMATER.

E por que foi possível isso? Porque as prefeituras do Estado do Paraná, acredito que na sua totalidade, Deputado Natálio Stica, têm a parceria e o convênio com a EMATER para manter o custeio dessa empresa. Agora, o Governo visa autarquizar a empresa pública de direito privado, transformá-la numa autarquia! O que é empresa autarquia, daí? Submeter-se, pura e simplesmente, à Lei 8666 e engessar essa empresa, perder a agilidade do trabalho dos seus técnicos em favor da agricultura do Estado do Paraná?

Olha, eu como Deputado Estadual, de sã consciência, não consigo entender aonde o Governo do Estado quer chegar. Por um lado, o Governador faz propaganda e diz que é a favor da agricultura do Paraná.

Ora, como é que você vai ser a favor da agricultura do Estado do Paraná, se você quer dificultar o trabalho dos técnicos que trabalham em favor da assistência técnica do nosso agricultor? Como é que você quer ser a favor da agricultura, se você quer proibir o transporte e o embarque de soja transgênica, via porto de Paranaguá? Como é que você quer ser a favor da agricultura, se você quer dificultar a ação daqueles que são os responsáveis pelo fomento da nossa agricultura?

Tenho assistido, tenho presenciado e acredito que os Srs. Deputados todos, Deputado Plauto Miró Guimarães, o que é que o agricultor precisa? Não do Paraná, do Brasil e do mundo? Agregar valores! E como é que você vai agregar valores? É transformando a matéria-prima que você produz em produto final.

Isso começou no governo passado ainda, com a fábrica do agricultor. E, mesmo bem antes do ex-Governador Jaime Lerner, em outros governos também já estava lá o trabalho da EMATER, fazendo com que o nosso pequeno e mino agricultor pudessem agregar valores na sua produção. E com o passar do tempo e com o Paraná Doze Meses, isso foi fomentando a nossa agricultura e aumentando a capacidade de investimento do pequeno agricultor na sua produção.

Ora, quantos centro de pequenos comércios temos hoje do Estado do Paraná? Quantas feiras foram construídas na quase totalidade dos municípios do Paraná, para não dizer nos 399 municípios? A feira do pequeno produtor, aliás, tem uma feira que não lembro o nome, que está

no Parque Barigüi e anualmente é realizada. Essa feira, que é visitada por todos os grandes empresários, eu tive a oportunidade de assistir no Governo passado o pequeno agricultor, através da sua associação, de repente sentado com grande empresário de uma grande rede de supermercados negociando o seu produto! Isso é fruto do quê? De um trabalho desenvolvido na agricultura do Estado do Paraná que teve a mão do técnico da EMATER! E por que foi possível tudo isso? Porque a EMATER é ágil, é formada por técnicos altamente especializados! E por que o Governador do Estado do Paraná, de repente, quer transformar a EMATER em autarquia?

pergunto: em time que está ganhando, se mexe? Ou será que é motivo de o Governo do Estado dizer que algumas pessoas, alguns funcionários ganham demais na EMATER?

Não podíamos reverter o quadro, dizer que tem muitos funcionários que ganham pouco no Estado do Paraná? Não poderíamos fazer um paralelo que, tenho certeza que quase todos os Srs. Deputados têm filhos, e quando temos o nosso filho que tem uma nota vermelha no boletim, como se chama no palavreado simples: “mas, meu filho, tirou só 4 no boletim?” E ele fala: “pai, o Joãozinho tirou 2!” E eu falo para o meu filho: “mas, não viu que a Maria tirou 8? Você não tem que se espelhar exatamente naquele que tira nota boa e não naquele que tira nota baixa? Será que não podíamos aplicar isso para a EMATER?

Se a EMATER é eficiente, se ela produz em favor da nossa agricultura, por que mexer com isso?

Aproveito exatamente essa oportunidade de reclamar cada um dos Deputados aqui presentes, que vamos votar contra a autarquização. Vamos votar pela agilidade da assistência técnica em favor da nossa agricultura.

Ora, poderiam dizer: mas quem é o Elio Rusch para falar sobre a EMATER? Ele não é técnico agrícola, não é agrônomo, não é da carreira e não entende!

Ora, mas sei o que é agricultura. Já fui pequeno agricultor. Tenho uma pequena propriedade. Mas, tenho que dar ouvidos a quem?

À FAEP, que é contra a autarquização? À OCEPAR, às Cooperativas, que entendem e sabem mais do que ninguém o trabalho que a EMATER está prestando em favor do Estado do Paraná! Ora, se o setor produtivo, se os representantes dos agricultores defendem a EMATER e são contra a autarquização, por que eu não vou ser?

Entendo, quero e preciso, precisamos que o Paraná continue se desenvolvendo. E onde é que está a nossa maior riqueza?

Está exatamente no agronegócio.

Concluindo, conclamo a todos os Deputados que têm vocação com a agricultura, ou não, para que votemos a favor da EMATER, votemos a favor da agricultura e votemos contra a autarquização, mas a favor do desenvolvimento da nossa agricultura.

No mérito do projeto, agora, esperamos que possamos aumentar os votos necessários para derrubar esse projeto.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Participei de inúmeras reuniões para a negociação desse projeto de autarquização da EMATER, quando era Líder do Governo e depois de ter deixando a Liderança. Tenho uma relação pessoal com o SINDASP e hoje venho com a maior tranquilidade dizer que a EMATER e seu quadro de funcionários - que a fizeram uma empresa - nos seus praticamente cinquenta anos, orgulho do povo do Paraná e do nosso Estado, que tem vocação agrícola. conversei com o Governador Requião por inúmeras vezes, sei da sua intenção em relação à EMATER e quero aqui dividir em dois pontos: a EMATER para o Estado do Paraná e sua agricultura, e a EMATER para os seus servidores, que sei, como sindicalista que fui, que também é uma das preocupações.

Primeiro, na questão dos servidores em si, ninguém, nenhum servidor da EMATER vai ter qualquer prejuízo ou ônus pela autarquização. E por que não vai ter?

Porque vai ser instalado e discutido um Plano de Cargos num prazo de noventa dias para aqueles que vão entrar, porque tem o compromisso do Governo da contratação de mil técnicos extensionistas, e nesses mil, alguns inclusive doutores, para não perder o que tem hoje a EMATER e, pelo contrário, aumentar, amplificar o seu atendimento no interior do Estado, através da extensão rural, com esses técnicos que virão a se somar aos um mil e duzentos, hoje, trabalhadores da EMATER. Praticamente vamos dobrar o seu número de técnicos e trabalhadores. Mas, me referia àqueles que estão aqui hoje. Qual é a preocupação, então?

Digamos que um técnico de um nível qualquer na nova proposta do Plano de Cargos, se o que já está for menor, ele passa a ganhar o que vem no Plano de Cargos; melhora, portanto. Se for ao contrário, porque quem já está, já está há alguns anos, e com isso pode ter um salário que seja maior do que vem na proposta do Plano de Cargos, Presidente Pedro Ivo, não vai perder, porque o cargo dele é um cargo celetista em extinção. Quando se aposentar, se um dia entrar em um PDV, ou por qualquer outro motivo, mas não rebaixa se for menor a proposta do Plano de Cargos que vem uma proposta discutida, diga-se de passagem, não só pelo Governo, mas por uma equipe, inclusive com a participação dos empregados e técnicos que vão ajudar nessa proposta.

Então, não há prejuízo econômico, não há medo de uma demissão daqueles celetistas que vão ficar com o

cargo em extinção, porque sabe o Governo que foram eles que até hoje deixaram essa empresa com o nível de respeitabilidade que ela tem.

Portanto, não há porque temer por uma possível demissão; vamos ampliar e aumentar o número de servidores. A EMATER vai cumprir, definitivamente, o seu papel com a extensão rural em todo o Estado do Paraná. E poderemos, então dizer que essa empresa que ajudou o Estado e que tem a verdadeira vocação agrícola, vai continuar fazendo seu papel e que nós temos um Estado que não perde a vocação agrícola!

Acredito em todas as palavras que negociamos com o Governador Requião. Assumo aqui um compromisso das palavras do Governador, do Plano de Cargos em noventa dias, três meses, da proposta de contratação, começando com cerca de duzentos, de imediato, até chegar às mil contratações. Tenho, e posso deixar aqui a certeza aos servidores da EMATER, aos quais tenho o maior carinho e respeito pela profissão que exercem e pelo quanto deram para o nosso Estado, que acredito, piamente, nas promessas feitas pelo Governador Requião porque sei que ele está imbuído do melhor pensamento para o nosso Estado do Paraná.

E, por saber que essa empresa vai mostrar ainda mais a condição da sua capacidade é que eu voto e peço o voto na sua autarquização. E autarquização é exatamente o oposto de privatização. Autarquização é trazer definitivamente uma empresa mista para que se torne pública, uma empresa regida pelo Estatuto do Servidor, uma empresa que o Estado, o governo de plantão, vai administrá-la. E eu tenho a certeza, com esta Casa ajudando a fazer a melhor administração da EMATER e dar ao povo do Paraná, em especial à agricultura familiar e à pequena agricultura, as condições técnicas que ela sempre tem dado.

Portanto, em respeito aos trabalhadores, à EMATER, em si, é que eu voto e peço o voto na autarquização em um voto de confiança, que é a mesma confiança que nós temos nas propostas de melhorar cada vez mais o Governo do Paraná através do seu Governador Roberto Requião.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o projeto.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Quarenta e seis Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quarenta e seis Deputados.

Vamos iniciar o processo de votação do projeto.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Verificação de votação.

Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão.

**Aprovado**, por unanimidade.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, requiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Deputados que aprovam o projeto, queriam levantar-se.

Vinte e nove Deputados aprovam.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Treze Deputados rejeitam.

**Está aprovado o projeto, artigo por artigo.**

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para registrar quem votou contrário ao projeto e, automaticamente, a favor da EMATER - Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Barbosa Neto, Ademar Traiano, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Waldir Leite, Renato Gaúcho, Pastor Edson, Padre Paulo, Tadeu Veneri, Arlete Caramês e Luiz Carlos Martins.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a Emenda nº 01, na forma da subemenda da CCJ.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ao encaminharmos esta emenda e ao discutirmos, ainda quando em 1ª Votação, nesta Casa, nós já dizíamos que o Projeto teria que conter essas emendas para que, além da sua constitucionalidade, ele também pudesse premiar aqueles bons trabalhadores que a EMATER tem na sua classe, hoje.

Então, propusemos que o Poder Executivo encaminharia à Assembléia Legislativa, no prazo de 90 dias a contar da data da publicação da lei, o Plano de Cargos, Carreiras e Salários e que a lei só entraria em vigor a partir de noventa dias.

Da mesma forma, no parágrafo segundo dizíamos que todos os servidores, todos os funcionários que não optassem pelo plano de demissão voluntária proposto pelo Poder Executivo e que estejam oficialmente contratados pela EMATER teriam direito de participar desse plano.

No parágrafo terceiro concedia-se aos atuais funcionários da EMATER-PR a garantia de estabilidade funcional pelo mínimo de cinco anos.

Eu acredito que houve aqui, por parte do Exmo. Deputado Reni Pereira, um equívoco, porque ele, ao dar inconstitucionalidade com relação a esta estabilidade funcional, referiu-se à estabilidade funcional do servidor público que só pode ter estabilidade quando do concurso público.

Na verdade estes servidores da EMATER são celetistas e portanto têm o direito, sim a uma estabilidade temporária, como a estabelecida nesta emenda ao projeto de lei. É uma questão a ser decidida entre aquele contratante e os contratados.

Vejam os senhores que esses fatos já ocorreram, e aqui nós temos alguns membros de sindicatos, com relação a servidores do BANESTADO em determinado momento quando se terminava uma greve em que era dada estabilidade aos servidores por um prazo de um ano, dois anos, enfim por um prazo, desde que limitado e desde que acordado entre as partes.

Portanto, nós não aceitamos o parecer de inconstitucionalidade, dado pelo Deputado Reni Pereira, porque nós entendemos, sim, que pode constar do termo da lei um acordo entre as partes, Governo e servidores, funcionários que hoje são celetistas, para aqueles que não optarem pelo PDV tenham a sua estabilidade garantida pelo prazo de cinco anos.

A nós é dito que em seguida será aberto concurso público para servidores; talvez até mesmo alguns deste quadro desejem fazer este concurso, mas de forma alguma podemos tirar este direito ao trabalhador; que ele tenha esta estabilidade! Isto eu tive, por parte dos Deputados da base de apoio, com relação ao Deputado Ratinho, que ajudou a negociar essa emenda, nós tivemos, por parte do Procurador Geral do Estado, o referendo com relação a esse parágrafo que dá estabilidade de cinco anos a todos os servidores.

Para nós é vital que isso seja aprovado, fazendo com que o prazo da vigência da lei fique para daqui a 90 dias, que o plano de carreira venha para esta Casa nesse prazo de até 90 dias, que haja estabilidade funcional e que haja PDV, conforme acordado entre servidores e Governo.

É isso, Sr. Presidente, que gostaria de pedir a todos: que votássemos na emenda, na forma como ela está.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, levantando essa Questão de Ordem para depois podermos encaminhar a emenda. O nobre

Deputado Marcos Isfer encaminha, pelo que entendi, contrariamente o parecer da CCJ, que é a emenda modificativa ou a subemenda que acolheu parte da proposta pelo Deputado Marcos Isfer.

Indago a V. Exa. no Plenário, neste momento, não cabe mais a votação de Emenda de Plenário proposta pelo Deputado Marcos Isfer.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Não. Já está superada esta fase. Estamos em processo de votação da subemenda para encaminhamento, depois votação.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Perfeitamente.

Então, vamos apreciar neste momento a subemenda aprovada na CCJ. Só enfatizando, não preciso me estender muito. O Deputado Reni não se encontra, aqui neste momento, mas o seu único objetivo foi dar características legais de constitucionalidade à idéia dos nobres Deputados do PPS.

Nessa subemenda, na verdade, quanto ao parágrafo 1º **(lê parágrafo 1º)**. A subemenda do Deputado Reni contemplou plenamente o proposto pela bancada do PPS.

Com relação ao parágrafo 2º **(lê parágrafo 2º)**, também foi plenamente contemplado o nobre Deputado Dobrandino. O outro dispositivo que a Bancada do PPS tentava, efetivamente incluir, era uma condicionante: "...que esta lei entrará em vigor após o que estabelece o parágrafo 1º do artigo 6º...", ou seja, queria condicionar a entrada em vigor da lei ao Plano de Cargos e Salários, que por si só era totalmente inconsistente. Por que, Deputado Bradock, como é que a lei ia entrar em vigor, se ela não estava vigorando? Isso inclusive feria o dispositivo legal da lei complementar que fala na *vacatio legis*. Era totalmente inconstitucional.

Por isso se tem uma *vacatio legis* de 90 dias, para que o Governo possa implementar.

Então, as correções feitas na CCJ pelo nobre Deputado Reni Pereira, foram com um único objetivo, não é aceitando a constitucionalidade do projeto, porque ele não aceitou, mas dando condições que a subemenda do PPS, que a emenda do PPS pudesse ter sanadas as suas inconstitucionalidades, aproveitadas pela Comissão de Constituição e Justiça, razão pela qual encaminhamos, com o respaldo do nosso Líder, aqui, da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, favoravelmente à aprovação dessa Emenda.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Em votação. **Aprovada.**

Em votação a Emenda nº 02 com parecer favorável. **Aprovada.**

Em votação a Emenda nº 03 com parecer favorável da CCJ.

**Aprovada.**

Em votação a Emenda nº 4, com parecer contrário da CCJ.

A votação será inversa.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, essa Emenda trata de, tão logo o projeto que cria o Plano de Cargos e Salários, se estabeleça o concurso público para aumentar o efetivo da EMATER, que é o que espera o agricultor no interior do Estado, que é aumentar o número de extencionistas. Inclusive foi o nosso voto de confiança no Governo para que de fato aumente esse número. Queremos que essa emenda seja aprovada.

Portanto o parecer contrário deve ser rejeitado. Peço voto dos companheiros Deputados, para que rejeitem o parecer do relator, para que a emenda possa ser aprovada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Como informei aos Srs. Parlamentares, a votação será inversa.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Gostaria que os Deputados da base aliada votassem contrário a essa emenda, conforme foi discutido e votado na CCJ, com anuência dos Deputados, da Oposição e da Bancada Governista.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Emenda nº 04. **Rejeitada a Emenda.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Presidente, só para fazer uma justificativa. Essa emenda teve o apoio até da Bancada que faz oposição na votação contrária, porque é flagrantemente inconstitucional.

A Assembléia não pode obrigar o Governo a fazer concurso público! Agora, o Governo tem um pacto de acordo com a Assembléia e com a EMATER, de fazer o concurso público.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Para justificar o voto**)

Sr. Presidente.

Foi acordado exatamente que teríamos o concurso público, após, e tenho certeza que vai sair, independente de ser aprovado ou não, mas mantive a votação pela Emenda, porque foi pactuado isso junto ao Governo e nós fizemos a discussão.

Portanto, votei favorável.

## ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que estabelece

regras para anotação e registro de dados relativos a proprietários e aos condutores de veículos no Estado do Paraná, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

## ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/2005, de autoria do Deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários do IAPAR, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Agudos do Sul, com sede e foro no Município de Agudos do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/2005, de autoria do Deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública o GREDEV - Grupo de Evangelização Deus Vive, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 394/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Ação Social de Mercedes-PR, com sede no Município de Mercedes, à Rua Oswaldo Cruz, 757 - Centro, e foro no Município de Marechal Cândido Rondon. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 400/2005, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública o Projeto Instituto Katana de Preservação a Natureza, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência ao Deficiente Físico Vila Velha, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 446/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/2005, que dispõe sobre a reestruturação da tabela de vencimentos e vantagens do pessoal docente das instituições estaduais de ensino superior do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDAS DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**  
Emendas - **Aprovadas.**

Quero alertar aos Srs. Deputados que nós teremos uma Sessão Extraordinária hoje, conforme entendimento realizado na semana passada.

Peço aos Srs. Deputados que permaneçam em plenário para concluirmos a outra Sessão.

**1ª Discussão****ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que institui o Prêmio Estadual de Direitos Humanos no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDHCD. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 250/2005

**P A R E C E R :****Relatório**

Projeto de lei de iniciativa do ilustre Deputado Padre Paulo Campos, institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Prêmio Estadual de Direitos.

A proposição consiste em conceder diploma de qualificação ou menção honrosa, e, se houver apoio na iniciativa privada, prêmio também em dinheiro.

As categorias propostas são para organizações não governamentais, estudantes e livre, e caberá ao Conselho Estadual de Direitos Humanos realizar a escolha do indicado, que será entregue anualmente no dia 12 de dezembro, data em que se comemora a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela ONU.

**Voto do Relator e Fundamentação**

A proposição em questão está devidamente amparada constitucional e legalmente, posto que é de competência estadual legislar sobre a instituição de prêmios em nível de Estado e a iniciativa cabe aos Parlamentares, uma vez que não impõe despesa ao Executivo.

A única restrição que apresentamos é no sentido de excluir o prazo imposto ao Executivo regulamentar a lei e, como remete à regulamentação, também excluir o artigo 6º que diz contraditoriamente, que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Conclusão**

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 250/2004, quanto à constitucionalidade e juridicidade na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 250/2004

Art. 1º Fica instituído o Prêmio Estadual de Direitos Humanos, a ser concedido, anualmente, pelo Estado, com apoio da iniciativa privada, a pessoa física ou jurídica cujos trabalhos ou ações mereçam especial destaque nas áreas de promoção e defesa dos direitos humanos no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O prêmio a que se refere o *caput* deste artigo consistirá na concessão de diploma de qualificação ou menção honrosa e, quando houver apoio da iniciativa privada, de quantia em dinheiro.

Art. 2º O Prêmio Estadual de Direitos Humanos será concedido às seguintes categorias:

I - organizações não-governamentais, compreendendo entidades de direito privado sem fins lucrativos regularmente estabelecidas no território nacional notadamente dedicadas à promoção ou à defesa dos direitos humanos;

II - estudantes, compreendendo alunos regularmente em cursos de nível secundário ou universitário ministrados por instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação, que apresentem monografias sobre o tema previamente estabelecido;

III - livre, compreendendo pessoas que mereceram especial destaque por ações, condutas ou atividades de promoção ou defesa dos direitos humanos, em vida ou "post-mortem."

Art. 3º Caberá ao Conselho Estadual de Direitos Humanos a escolha da pessoa física ou jurídica que receberá o prêmio.

Art. 4º O Prêmio Estadual de Direitos Humanos será concedido no dia 12 de dezembro, data em que se comemora a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas - ONU.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, e por consequência o próprio Prêmio Estadual de Direitos Humanos.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
ELTON CARLOS WELTER - Relator



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS,  
DA CIDADANIA E DA DEFESA DO CONSUMIDOR  
PROJETO DE LEI Nº 250/2004

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Padre Paulo Campos, dispõe sobre a instituição do Prêmio Estadual de Direitos Humanos no Estado do Paraná.

Quanto ao mérito, que cabe a esta comissão analisar, a iniciativa é louvável pelo seu caráter de incentivo a todos os paranaenses a propagação e efetivação dos Direitos Humanos previstos pela Carta Magna.

Assim sendo o parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.2005.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 118/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/2005, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 01, de 02/08/72, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 017/2005, de 28/03/2005, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 118/2005

P A R E C E R :

O Poder Executivo, através da Mensagem nº 010/2005, apresentou Projeto de Lei nº 118/2005, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 01/72.

O projeto em epígrafe atende aos requisitos constitucionais no que diz respeito à iniciativa privativa do Governador do Estado para a apresentação de projeto de lei complementar que trate do tema em tela.

Conforme se depreende do artigo 65 da Constituição Estadual.

“A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a quaisquer membros ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta constituição”.

Já o artigo 66, IV, que trata da iniciativa do Governador do Estado, dispõe que:

“Art. 66. Ressalvados o disposto nesta constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública”.

Ocorre que o artigo 137 da Carta Constituição do Estado do Paraná determina que “a despesa com pessoal

ativo do Estado e dos municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal”.

E o mesmo artigo, em seu parágrafo primeiro e incisos determina que:

“Art. 137.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alterações de estruturas de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I - Se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

III - Se houver autorização específica da lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e sociedades de economia mista.”

Já a Lei Complementar nº 101/2000, que trata das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece em seu artigo 20, II, c:

“Art. 20. A repartição dos limites globais do artigo 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

II - na esfera estadual:

c) 49% (quarenta e nove por cento) para o executivo”.

E complementando o que dispõe o citado artigo 20, o artigo 22 da mesmo diploma legal que “a verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos artigos 19 e 20 será realizada no final de cada quadrimestre”.

Ressalte-se ainda, o que determina o parágrafo único e o inciso I do artigo 20, que dispõem que:

“Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder de 95% do limite, são vedados ao poder ou órgão referido no artigo 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão revista no inciso X do artigo 37 da Constituição”.

Desta forma, faz-se mister que se demonstre que os reajustes nos valores previstos no artigo 2º do projeto de lei complementar que ora se apresenta atendam ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000.

No que diz respeito à técnica legislativa, foram observadas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98, ressalvado o artigo 9º da citada lei, que determina que “a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas”. Assim torna-se incorreto o uso de cláusula revogatória sem a enumeração expressa das leis ou disposições revogadas, como o constante no artigo 3º do Projeto de Lei em questão.

Assim, imprescindível a designação de diligência no sentido de solicitar ao Poder Executivo a demonstração de existência de prévia dotação orçamentária, sufici-

ente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, além de comprovação de despesa total com pessoal da administração pública estadual, conforme estabelece o artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 01.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
AILTON ARAÚJO - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 118/2005**

**P A R E C E R :**

Frente à diligência e tendo o Executivo justificado tratar-se de despesa de custeio, deixou de apresentar a demonstração de prévia dotação orçamentária.

Por tratar-se de despesas já previstas na Lei Complementar 01/72, que está sendo alterada, abrimos mão da exigência, deixando de questionar a resposta do Executivo que consideramos discutível, acolhida a emenda do Deputado Reni Pereira.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
AILTON ARAÚJO - Relator

**EMENDA MODIFICATIVA AO**  
**PROJETO DE LEI Nº 118/2005**

Art. 1º A Alteração 3ª do artigo 1º do Projeto de Lei nº 118/2005 passa a ter a seguinte redação, acrescentando-se ao artigo 1º, a Alteração 10.

“Alteração 3ª - O artigo 9º passa a ter a seguinte redação:

Art. 9º Junto ao CCRF oficiam dez representantes da Fazenda Pública Estadual, sendo nove servidores da Secretaria da Fazenda e um Procurador do Estado, indicado pelo Procurador Geral do Estado, todos designados pelo Secretário da Fazenda e por ele livremente demissíveis.

§ 1º A designação dos servidores da Secretaria da Fazenda recairá naqueles de reconhecida idoneidade e competência em matéria tributária, os quais, enquanto servirem ao CCRF, poderão ser dispensados de suas funções ordinárias.

§ 2º A designação do Procurador do Estado será privativa daqueles lotados na Procuradoria Fiscal, que servirão no CCRF sem prejuízo de suas funções ordinárias.”

.....

“Alteração 10 - O parágrafo 8º do artigo 3º passa a ter a seguinte redação:

§ 8º Os Suplentes serão convocados pelo Presidente do CCRF para participar das Sessões das Câmaras quando houver acúmulo de processos, integrando a sua composição e atuando nos julgamentos.”

Art. 2º Ficam mantidas as demais alterações propostas no Projeto de Lei nº 118/2005.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(a) RENI PEREIRA - Presidente

**JUSTIFICATIVA:**

Considerando a crescente procura dos contribuintes pelas discussões das causas tributárias no âmbito administrativo, o que tem acarretado o aumento da demanda de processos administrativos fiscais a serem submetidos a julgamento no CCRF, necessário o incremento do número de representantes da Fazenda Pública, uma vez que estes oficiam em todos os processos submetidos à análise deste Órgão Julgador.

Desta demanda decorre, também, o acúmulo de processos a serem distribuídos aos Vogais Relatores, o que justifica a convocação dos suplentes para atuarem junto às Câmaras de Julgamento de maneira contínua, sendo desnecessário, portanto, a manutenção da condição de que esta convocação somente ocorra no caso de acúmulo de processos em número superior à quantidade julgada em meses anteriores, sendo mantida, apenas, a condição da ocorrência de acúmulo de processos.

Estas duas providências viabilizarão a agilidade dos procedimentos e a maior celeridade aos julgamentos, consoante, inclusive, princípios insculpidos na Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005 (Código de Defesa do Contribuinte).

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI Nº 118/2005**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

O presente projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, Mensagem nº 010/2005, objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar nº 01, de 02 de agosto de 1972, que dispõe sobre o Conselho de Contribuinte e Recursos Fiscais - CCRF, conforme específica.

A finalidade desta medida visa a inclusão de Procurador do Estado na Representação da Fazenda junto ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais e dá outras providências.

**Voto do Relator e Fundamentação**

O objetivo deste projeto de lei é trazer a experiência judicial do Procurador do Estado no Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF.

Considerando a crescente procura dos contribuintes pelas discussões das causas tributárias no âmbito administrativo, o que tem acarretado o aumento da demanda de processos administrativos fiscais a serem submetidos a julgamento no CCRF, necessário o incremento do número de representantes da Fazenda Pública.

Os membros do Corpo Deliberativo terão assegurado todos os direitos e vantagens dos cargos que ocupam e relativos a títulos de encargos adicionais.

Haverá reajustes no valor das gratificações pela participação no Conselho, pois os Vogais representantes do setor privado, além de elevada carga de trabalho para estudos e pronunciamento nos processos, têm que se deslocar de seus escritórios e de suas ocupações habituais para atendimento às Sessões de julgamento do CCRF, em detrimento de suas atividades profissionais.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opino de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 118/2005, de iniciativa do Poder Executivo Mensagem nº 010/2005, no que se refere à Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 17.08.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### **ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que proíbe a exibição de filmes de terror, crimes, mortes e atos violentos, nos ônibus intermunicipais e interestaduais no território paranaense. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHCD. Aprovado. (Publ. no DA nº 029/2005, de 19/04/2005).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 200/2005**

##### **P A R E C E R :**

O Deputado Marcos Isfer, apresentou o Projeto de Lei nº 200/2005, que proíbe a exibição de filmes de terror, crimes, mortes e atos violentos, nos ônibus intermunicipais e interestaduais no território paranaense e comina punições consistentes em advertência e multa para o descumprimento do que determina.

Em que pese a Constituição Federal determinar, em seu artigo 22, X, que compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte, a matéria em análise diz respeito à defesa do consumidor, de modo que compete ao Estado legislar sobre o assunto.

A proteção ao consumidor é dever do Estado, e tanto é assim que o Legislador Constituinte de 1988 elevou tal proteção ao Título II da Carta Magna, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, sendo tais direitos assegurados pelas cláusulas pétreas, verdadeiras garantias à não exclusão daquele direito da ordem jurídica, senão, vejamos o que dispõe o artigo 5º, XXXII:

“Art. 5º ...

XXXII - O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.”

Ademais, denota-se que o projeto em epígrafe atende aos requisitos constitucionais quanto a iniciativa, uma vez que o artigo 24, inciso VIII determina que compete privativamente à União, aos Estados e ao Distrito

Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por danos ao consumidor.

E o parágrafo 2º do citado dispositivo determina que a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Aliás, conforme se depreende do artigo 65 da Constituição Estadual.

“A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta constituição.” No que diz respeito à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Portanto o projeto é constitucional, legal e de boa técnica legislativa, de modo que o meu parecer é favorável à aprovação do mesmo.

Sala das Comissões, em 24.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DA DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI Nº 200/2005**

##### **P A R E C E R :**

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Marcos Isfer, dispõe sobre a proibição de filmes de terror, crimes, mortes e atos violentos, nos ônibus intermunicipais e interestaduais no território paranaense.

O projeto em tela mereceu o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, portanto foi elaborado de acordo com as normas regimentais e de técnica legislativa, não havendo óbices de natureza constitucional e legal. Quanto ao mérito, que cabe a esta Comissão analisar, a iniciativa é louvável, pelo seu caráter de restrição à divulgação de cenas de violência, visto que comprovadamente propiciam a incidência de atos violentos.

Assim sendo, o parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.2005.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

#### **ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/2005, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Paraíso do Norte, do imóvel situado naquele município. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2005, de 01/08/2005, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 428/2005

P A R E C E R :

**Relatório**

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, estabelece, em seu artigo 1º, autorização para cessão de uso, ao Município de Paraíso do Norte, do imóvel constituído pelo lote nº 06, quadra 17, com total de 601,06 m², com benfeitorias que somam 218,12 m², na Rua Catulo da Paixão Cearense, nº 373, naquele Município, matriculado sob nº 2032, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paraíso do Norte.

Na justificação, o autor ressalta que o plano de lei em referência consubstancia “plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que o imóvel a ser cedido será exclusivamente utilizado para fins educacionais, desenvolvidos pela Municipalidade.

No anteprojeto de lei em causa, figuram dispositivos expressos no sentido de que, caso haja descumprimento de finalidades na utilização do imóvel, a Administração Estadual poderá retomá-lo, dispondo, ainda, sobre prazos de vigência e de possibilidade de prorrogação da cessão ora proposta.” É o relatório.

**Voto do Relator**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 428/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 428/2005, de autoria do Poder Executivo, autoriza a cessão de uso ao Município de Paraíso do Norte, de imóvel público. A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

A proposição é meritória, haja vista o interesse do Município em utilizar o imóvel para fins educacionais.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 428/2005.

Sala das Comissões, em 11.08.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2005, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova

o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, meses de junho e julho de 2005, Resolução nº 003/2004, de 15 de março de 2004. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente aos meses de junho e julho de 2005, conforme Resolução de nº 003/2004, de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.2005.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Barbosa Neto, Plauto Miró Guimarães, Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni e Antonio Anibelli.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 71/2005

P A R E C E R :

Encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 71/2005, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referentes ao meses de junho e julho de 2005, regulamentada pela Resolução nº 003/2004, de 15 de março de 2004, em seu artigo 14.

Após análise do relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição acima, concluo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas prestadas, deliberando pelo parecer favorável. **Aprovado.**

Pelo acima exposto, este Relator decide pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. **Aprovado.**

Sala das Comissões, em 16.08.2005.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

**Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2360, de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2364, de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2365, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2366, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 2367 a 2369 e 2413, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2370, 2371, 2373, 2378 e 2379, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2376 e 2377, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** (As matérias acham-se publicadas no final desta Ata).

Requerimento nº 2375, de autoria do Deputado Barbosa Neto e Sra. Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2380, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2381, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2382 e 2383, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2384 e 2386 a 2388, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2390, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2391, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2392, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2393, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2394 e 2402, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2395, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2396 e 2397, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2401, de autoria dos Srs. Deputados Reni Pereira, Ademar Traiano, Elio Rusch e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2404, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, com apoio dos Srs. Deputados Reni Pereira, Tadeu Veneri, Dobrandino da Silva, Her-

mes Fonseca e Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2406 e 2407, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2410 e 2411, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2412, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 484/2004 e 446/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 250/2004, do Projeto de Lei Complementar nº 118/2005 e do Projeto de Resolução nº 015/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 382/2003 e 418/2004.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 065/2005.

Levanta-se a Sessão.

## ***Transcrições:***

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 23 DE AGOSTO DE 2005.

### **“Resgatar a Dignidade da Política”**

Dom Moacyr Vitti  
Gazeta do Povo

### **Declaração da CNBB sobre a crise política do Brasil**

Nós, Bispos da Igreja Católica no Brasil, reunidos na 43ª Assembléia Geral da CNBB, de 9 a 17 de agosto de 2005, em Itaipava, Indaiatuba, SP., nos preocupamos com a situação do País. Diante das reiteradas denúncias de corrupção nas diferentes instâncias do Poder Público e face à indignação que elas levantam, conclamamos o povo brasileiro a recuperar a esperança, concretizando-a em compromissos de participação política.

A atual crise está levando o povo ao descrédito da ação política, em contraste com as expectativas de mudanças que haviam sido suscitadas nos últimos anos. É praticar a caridade, quando colocada ao serviço da justiça e do bem comum.

O uso de fontes escusas para o financiamento de campanhas eleitorais, o desvio de recursos públicos, a manipulação de empresas estatais em benefício de partidos, e tantas outras denúncias de corrupção que vêm acontecendo de longa data, e que nos últimos dias emergiram de forma escandalosa, provocam, em todos nós, a indignação ética.

É preciso buscar as raízes históricas da perversa cultura de corrupção implantada no país. Ela se nutre da impunidade, acobertada pela conivência, que se torna cumplicidade, incentivada por corporativismo histórico, habituados a usar em benefício de interesses particulares as estruturas do poder público.

A indignação ética, que nasce da consciência da violação de valores fundamentais, resulta estéril caso não leve a um maior comprometimento pessoal com ações concretas, em favor do aprimoramento da ordem política. É indispensável contribuir para uma maior participação popular nas decisões sobre os rumos do nosso país, fortalecendo a prática da democracia, sem omitir-nos ou desistir.

Para esse compromisso ético com o Brasil seja efetivo, é preciso ter presente a corrupção pessoal e a estrutural.

A corrupção pessoal deve ser investigada, punida inclusive com devolução dos recursos desviados, e também prevenida por meio de maior transparência na administração dos bens públicos.

Sua erradicação requer um esforço de conversão pessoal e uma sólida consciência moral, cultivada por uma educação permanente para a cidadania, para a renovação do tecido social da Nação.

A corrupção estrutural, com o atual sistema político-eleitoral brasileiro, vem associada à estrutura econômica que acentua a legítima as desigualdades. É urgente uma radical reforma deste sistema.

Este é o clamor mais evidente que emerge em meio a esta crise. Não se pode desperdiçar este momento para realizar uma profunda reforma política, como oportunidade de assegurar a fidelidade partidária; aprimorar os institutos da democracia representativa e favorecer os institutos da democracia direta, participativa e deliberativa, por meio de referendos, plebiscitos e conselhos, em todos os níveis de decisão, conforme o Art. 14 da Constituição Federal. Urge assegurar a lisura nas campanhas eleitorais pela aplicação mais rápida e severa da lei 9.840 contra a corrupção eleitoral. Apoiamos e incentivamos todo o trabalho de averiguação criteriosa dos fatos, quando fundamentada no direito e no respeito à dignidade da pessoa, levada adiante pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, pela Controladoria Geral da União, e pelas diversas Comissões Parlamentares de Inquérito.

Reconhecemos a importância da imprensa para divulgar os fatos, e colocá-los à disposição da cidadania, para aprimoramento da consciência política dos cidadãos. É importante, no entanto, manter o discernimento, a busca incansável da verdade, sem hipocrisia e sem pré-julgamentos, para formarmos uma opinião pública esclarecida e operante.

Em sintonia com o povo, devemos ter a lucidez e o senso crítico de não somente enxergar a corrupção na administração dos recursos públicos, mas perceber igualmente o grande mal do nosso país, que é sua enorme desigualdade social. Esta desigualdade é mantida e acentuada por uma política econômica que aumenta a concentração de renda e da riqueza, mediante mecanismos que privilegiam o capital financeiro e frustraram políticas públicas mais eficazes e abrangentes.

Os pobres são as maiores vítimas de crise. Ninguém pode roubar-lhes a esperança de justiça e de condições dignas de vida.

A experiência de participação popular na política - por meio de movimentos sociais, sindicatos, pastorais sociais, e partidos políticos - é uma conquista e um patrimônio histórico do povo brasileiro, que não podem ser perdidos pela ação nefasta de políticos que buscam o poder e vantagens pessoais a qualquer custo.

Associamo-nos, portanto, aos governantes e ao povo brasileiro, para fazer desta crise um momento de purificação política e de maior comprometimento na ação concreta pela construção de um Brasil justo, solidário, democrático e respeitoso da vida e da ecologia.

Reafirmamos nossa confiança no povo brasileiro, cuja cultura, apesar de alguns aspectos ambíguos, guarda valores de grande significação ética, como a solidariedade, a cordialidade e o senso de justiça. O povo já deu, ao longo da história, muitas provas de energia e capacidade de superar crises. Alicerça-dos nos valores do Evangelho, proclamamos com todo vigor: não vamos desistir do projeto de construir uma Nação justa, pacífica e democrática.

A Palavra de Deus nos conforta e sempre nos assegura que “a Verdade vos libertará” (Jo 8,32). Nos momentos difíceis, a graça de Deus se manifesta mais. Podemos contar com sua ajuda. Apostamos nas convicções éticas e cristãs do povo brasileiro, capazes de reanimar a todos, na superação dos impasses que a crise atual nos apresenta.

Reanimando-nos mutuamente, vamos todos nos unir ao mutirão por um novo Brasil, conforme a convocação da 4ª Semana Social Brasileira, que neste momento queremos encorajar, “dando as razões da nossa esperança” (1 Pd 3,15).

Que Deus nos ajude e proteja por intercessão de Nossa Senhora Aparecida.

Dom Moacyr José Vitti CSS  
Arcebispo Metropolitano

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO BARBOSA NETO, EM SESSÃO DO DIA 23 DE AGOSTO DE 2005.

### **“Patologia da Normalidade”**

Claudia Ramos de Souza Bonfim

Há momentos que nos sentimos solidários e frágeis diante da triste realidade que vemos a humanidade chegar. Sentimos que estamos rondado em círculo. Mas, do chão se vê ainda maior a dimensão do outro, do horizonte... Felizmente, nos momentos de angústia, encontramos no caminho pessoas sensíveis, capazes de como nós, ousar o sonho de um mundo mais humanizado. Este texto é um desabafo e um sonho que se revitalizou ainda mais após uma conversa com o Deputado Barbosa Neto, que mesmo convivendo entre a frieza e a ganância do poder, que temos lamentavelmente assistido especialmente entre nossos governantes, ainda consegue manter viva uma das belas e necessárias qualidades que nos caracteriza plenamente como seres humanos: a sensibilidade e a capacidade de ouvir e se preocupar com o outro. Esse texto escrevi ouvindo Chopin e Bach e é baseado na fala do Prof. Roberto Crema no III Congresso de Educação para o Pensar e Educação Sexual que participamos em Florianópolis, e que vem ao encontro das nossas aspirações e indignações como ser humano e como educadora ao vislumbrarmos uma educação que nos abra uma possibilidade de re-encantamento do mundo e da própria essência de nossa existência, e venha ao encontro de um resgate da afetividade humana. Precisamos conseguir romper com silêncio da normalidade, religar razão e emoção, corpo e alma, existência, essência e consciência, com a ciência, efetividade e afetividade. Como afirma o Prof. Roberto Crema “religar conhecimento ao amor é o mais instigante desafio do momento... Como afirmou um sábio é o amor é a tecnologia mais sofisticada de todos os universos!... Sem amor não é possível reinventar e reencantar o mundo, nenhuma sala de aula... Somente no dia que aprendemos a amar total e incondicionalmente é que receberemos um certificado de humanidade plena. Esta é a utopia humana e estamos aqui para fazê-la florescer”. A sociedade vive um momento obscuro, mesmo diante de tantos saberes acumulados o homem tem cada dia mais sua interioridade empobrecida. Como bem coloca Heidegger: “nenhuma época acumulou sobre o homem conhecimentos tão numerosos quanto a nossa. Nenhuma época conseguiu apresentar seu saber do homem sob uma forma tão pronta e tão facilmente acessível. Mas também nenhuma época soube menos o que é o homem”. E a educação tem sem dúvida uma função acima de tudo humana, buscando especialmente potencializar no homem a capacidade de discernir, interpretar e dar um sentido à sua existência. Vivemos tempos de modismos, onde uma avalanche de ideologias e desinformações caem sobre nossas mentes a

cada instante. Vivemos o tempo do olhar a si, para outro; se almejamos transformar o mundo, devemos começar a mudar a forma como o vemos; faz-se necessária ainda a educação para o escutar, pois isto é o que antecede a compreensão, para que possamos “transcender esta realidade absurda”, esta surdez e silenciamento mesmo frente aos gritos ensurdecadores de nossas crianças, jovens e, de novo povo, diante da dor, da fome, da violência, da exclusão, da fragmentação social. Me pergunto: não seria tudo isso uma maneira inconsciente de denunciar a violência a que estão sendo submetidos? O vandalismo, as drogas, a realidade a que chegamos é a maior denúncia e o maior pedido de socorro de uma sociedade, que tem sido atingida e inconscientemente levada à patologia da normalidade. É necessário indagar quando vamos começar a educar nosso coração para conviver com o outro, para o encontro, para o florescer como seres humanos. Vamos esperar até quando para educar e aprender a viver juntos? Isto é uma utopia audaciosa eu sei! Mas como dizia Platão: “Sejamos razoáveis; peçamos o impossível!” Educar é mais que uma função, que uma especialização é acima de tudo uma missão de fé, que transcende o possível. Quem adere a normalidade, ao senso-comum e se contenta apenas com o possível está hipnotizado pelo sistema, pela ideologia da alienação coletiva, pelo poder vigente. Como coloca o Prof. Roberto Crema: “O desafio da utopia é abrir espaço para o apocalipse humano. Vivemos em tempos de uma humanidade doente, numa UTI planetária. A patologia da normalidade”. O que nos conforta e revigora são as pessoas que ainda se sensibilizam, são capazes de sentir, na própria pele, as contradições do mundo, a dor do outro e pelo outro, que ainda se angustiam, que ainda têm insônias sóbrias, que não são apenas indignação estatuada, mesmo sendo chamados de loucos, idealistas, sonhadores e sentimentalistas. Enfim, de “anormais”, por ousarem viver fora desta normalidade, quando esses são a meu ver os raros seres iluminados com “a dádiva da sensibilidade e da face diferenciada, que não se dissipa na conformidade do rebanho”. Às vezes, penso que nasci no mundo errado, e me culpo pelo excesso de afetividade, de preocupação com o outro, mas prefiro assim, a ser insensível. Eu não quero mesmo ser “normal”, especialmente se isto implica em ter que se adaptar, em se padronizar, aceitar e fortalecer a desumanização do homem. Eu ainda prefiro ser ponte, a contemplar solitária e triste o horizonte, retomando Dante “cada pessoa é convocada a ser um Sumo Pontífice, a se fazer de ponte entre o céu e a terra, a desenvolver raízes e asas.” Eu não quero sofrer dessa patologia que consiste muitas vezes suportar o que não é para ser suportado, em tolerar o que é intolerável, em contemplar o que é desprezível! Eu ousou vislumbrar uma educação capaz de superar essa normalidade, onde assistimos horrorizados a toda essa barbárie, essa ganância materialista insana, que aos poucos vem sendo deflagrada, e televisada; esses são os claros e visíveis sintomas de um estado, de uma sociedade

decadente, e de que a educação precisa urgentemente rever seus propósitos, repensar o sentido da vida humana, para que possamos dar início à superação da alienação através de uma tomada de consciência.

**\*Doutoranda em História e Filosofia da Educação - UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas)**

PROCESSO Nº 5846/2005

Requerente: DANUTA SABAI

Assunto: Solicita abono de permanência

Data: 01.08.2005

Despacho:

1) Indefiro, nos termos do Parecer da Procuradoria Geral.

2) Ao DSE para publicação.

3) Ao DA para arquivar.

Em 17.08.2005

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## **Publicações:**

### **Diretoria Geral**

#### **Despachos do Sr. Diretor**

PROCESSO Nº 4804/2005

Requerente: ELÓI MEZZADRI

Assunto: Solicita promoção

Data: 21.06.2005

Despacho: 1) Indefiro, nos termos da Lei nº 6174/1970, artigo 265, inciso I.

2) Ao DSE para publicação.

3) Ao DA para arquivar.

Em 17.08.2005

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PROCESSO Nº 5176/2005

Requerente: IVANI TEREZINHA MARCZYNSKI

Assunto: Solicita abono de permanência

Data: 01.08.2005

Despacho: 1) Indefiro, nos termos do Parecer da Procuradoria Geral.

2) Ao DSE para publicação.

3) Ao DA para arquivar.

Em 17.08.2005

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

### **Ata de Comissão**

#### **Redação**

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, na oportunidade em que o Deputado Alexandre Curi relatou os seguintes Projetos de Lei: 168, 227, 376, 339 e 434/2005, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomario Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária





**DIÁRIO Nº 086****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>49</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>49</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>49</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos.....	49
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	50
Discussão / Votação:	
Discussão Única (Proposição) ...	51
3ª Discussão .....	53
2ª Discussão .....	53
1ª Discussão .....	53
Requerimentos .....	55
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>55</b>

**006ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 006ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
23 DE AGOSTO DE 2005**

*(terça-feira)*

**Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Carlos Simões e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

**Presenças:**

Às dezessete horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste,

Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se ausentes o Sr. Deputado André Vargas e a Sra. Deputada Elza Correia (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

**Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 2419

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário preferência para a discussão e votação da Proposição nº 065/2005, item 08 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2385

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, destaque para a votação do artigo 39 do veto apostado ao Projeto de Lei nº 189/2005 - Proposição nº 65/2005 e votação em bloco dos demais artigos vetados.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 2420

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os

projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

#### REQUERIMENTO Nº 2418

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de uma Sessão Especial nesta Casa, para debater a situação da produção de cinema e vídeo no Paraná.

O cinema e as artes audiovisuais constituem-se numa das formas de manifestação artística mais importantes do nosso tempo. No entanto, devido aos altos custos e restritos canais de distribuição, faz com que os filmes industriais movimentem quantias astronômicas, enquanto as produções populares, de arte e de autoria, lutem desesperadamente pela sua sobrevivência.

No Paraná, no entanto, devido a esforços dos cineastas locais, somos um dos Estados em que mais tem se desenvolvido o cinema nacional. Graças a esta luta, uma série de importantes iniciativas estão em curso, como o Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo, a Lei Estadual de Incentivo de Audiovisual, o Festival de Cinema de Londrina, o de Cinema e Vídeo de Curitiba, e a fundação da Escola Superior Sul-Americana de Cinema e TV.

Como fruto deste processo, temos no momento a produção de cinco filmes de longa metragem e só nesta versão 2005, no importante Festival de Cinema de Gramado, obtivemos duas importantes premiações: o filme Cafundó, produzido pela Luz Audiovisual de Curitiba e o Visita Íntima, de Joana Nin.

Para discutirmos a situação da produção de cinema e vídeo no Paraná requeremos espaço no grande expediente, de uma Sessão desta Casa.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 2417

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, com moção de louvor à Tizuka Yamasaki, Diretora; e à londrinense Aya Ono, pelas premiações do filme “Gaijin - Ama-me Como Sou”, no Festival de Gramado, 2005.

O filme “Gaijin - Ama-me Como Sou”, com boa parte de suas imagens filmadas no Paraná, ganhou os seguintes prêmios no Festival de Cinema de Gramado: melhor filme, direção para Tizuka Yamasaki; trilha musical e, atriz coadjuvante, para a londrinense Aya Ono.

Esta premiação, por refletir sobre parte do processo de formação da população e da cultura paranaense, em seu processo complexo, de inclusão de diversas etnias, neste filme, em particular, tratando da imigração

japonesa que enriqueceu o Paraná com suas importantes e peculiares contribuições.

Esta importante mostra de ação cultural merece o reconhecimento da população paranaense, neste momento, representado por nós, Deputados Estaduais.

Requer ainda, que aprovado este requerimento, sejam comunicadas as Sras. Tizuka Yamasaki e Aya Ono.

Sala das Sessões, em 23.08.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

### *Ordem do Dia:*

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Requerimento n 2419, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando preferência para a discussão e votação da Proposição nº 065/2005, item 08 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento nº 2385, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando destaque para a votação do artigo 39 do veto apostado ao Projeto de Lei nº 189/2005. Proposição nº 065/2005 e votação em bloco dos demais artigos vetados. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos acima aprovados:

### *Discussão Única (Proposição)*

#### **ITEM 08**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 065/2005, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 189/2005, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da proposta orçamentária, para o exercício de 2006, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 118/2005

Curitiba, 14 de julho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 154/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 189/2005, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo estabelecer, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição Estadual e em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orça-

mentárias do Estado, para o exercício financeiro de 2006. Os vetos parciais apostos incidiram sobre o inciso VII do artigo 9º; parágrafo único do artigo 10; inciso VI do parágrafo 2º do artigo 29; artigo 35; artigo 39; parágrafo 3º do artigo 44; e artigo 51.

Os vetos parciais apostos decorrem de análise técnica procedida pela Coordenação de Orçamento e programação, órgão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, cujas motivações seguem adiante transcritas:

Quanto ao inciso VIII do artigo 9º:

“A alteração do percentual de 12% para 13%, do inciso VII, que se refere à aplicação de recursos no pagamento de ações e serviços públicos de Saúde, excede o disposto no artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que possibilita aplicação suficiente do percentual de 12%.”

Quanto ao parágrafo único do artigo 10:

“A inclusão de parágrafo único no artigo 10 (com o teor: na elaboração do orçamento deverão ser previstos recursos necessários para as implantações e implementações das Regiões Metropolitanas de Londrina e Maringá) prejudica a aprovação do projeto, tendo em vista que a implantação dessas regiões metropolitanas está condicionada aos resultados da elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regional (conforme inciso I do artigo 3º das Leis Complementares nº 81, de 17/06/1998 e nº 83 de 17/07/1998), em andamento pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. Seria inócua a previsão de recursos orçamentários antes de serem concluídos os trabalhos da SEDU.”

Quanto ao inciso VI do parágrafo 2º do artigo 29:

“Tendo em vista que é de competência dos tribunais requisitantes, como órgãos eminentes dos órgãos requisitórios, disponibilizar as informações constantes dos precatórios e nem sempre os números de CPF e CNPJ são informados, o que inviabiliza que os Órgãos informem esses dados.”

Quanto ao artigo 35:

“A inclusão do artigo 35 determinando: ‘A Lei orçamentária de 2006 conterá reserva de contingência constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo, a no mínimo 1% (um por cento) da receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos de eventos fiscais imprevistos’. A dificuldade enfrentada pelo Executivo para alocar a parcela de recursos que não está vinculada, diante das crescentes demandas por serviços públicos, será aumentada diante da vinculação de 1% da RCL na reserva de contingência, que representaria o valor aproximado de R\$ 115 milhões. Para que isso ocorra deverão ser sacrificadas programações dos diversos órgãos.”

Quanto ao artigo 39:

“A inclusão do artigo 39 com o teor: ‘Para fins de apuração do cálculo dos percentuais máximos destinados aos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério

Público, dispostos no artigo 8º desta lei deverão ser computadas, na respectiva base o montante relativo às Transferências Financeiras da LC nº 87/96 é uma receita de transferência da União, motivo pelo qual é excluída da base de cálculo para a determinação dos limites para os outros Poderes e Ministério Público. O valor previsto para 2006, da referida receita é de aproximadamente R\$ 257,2 milhões, que importariam numa perda para o Poder Executivo de aproximadamente R\$ 44 milhões, correspondentes aos 17,2% de vinculações aos outros Poderes. Atualmente o Poder Executivo assume despesas com pensionistas dos outros Poderes e do Ministério Público, e caso seja acatado o proposto pelo artigo, deveria o Poder Executivo ser desonerado de tais encargos, passando estas despesas para os seus órgãos de origem. No atual exercício estas despesas atingiram, até o mês de junho, o montante de pagamento de R\$ 49,7 milhões, apresentando uma tendência de execução anual de aproximadamente R\$ 110 milhões.”

Quanto ao 3º do artigo 44:

“Tendo em vista que o mesmo está em dissonância ao que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), em especial no parágrafo 1º do artigo 26 e parágrafo 1º do artigo 35, senão vejamos:

‘Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficit de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se a toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, exceto no exercício de suas atribuições percípua, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.’

‘Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

§ 1º Excetuam-se da vedação a que se refere o *caput* as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a:

I - financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes;

II - refinarciar dívidas contraídas junto à própria instituição concedente.’

Denota-se, assim, que a Lei de Responsabilidade Fiscal excetua as instituições financeiras das vedações impostas aos demais entes estatais, razão pela qual, entendemos que a redação constante do exceto legal em apreço inviabiliza as atividades desenvolvidas pela Agência de Fomento do Paraná S/A, na qualidade de instituição financeira devidamente habilitada pelo Banco Central

do Brasil. Além disso, a Lei Complementar 101/2000, apresenta tópico próprio na Seção IV, Subseção I, onde estabelece nos seus artigos 32 e 33 as diretrizes para a celebração de operações de crédito que são estritamente obedecidas por esta instituição financeira. Salientamos, ainda, que os regramentos impostos pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, são rigorosamente cumpridos.”

Quanto ao artigo 51:

“A inclusão do artigo 51, prejudica a aprovação do projeto, tendo em vista que: o Estado mantém seis Universidades estaduais, a saber: Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Universidade Estadual do Paraná. Não existe a Universidade do Norte Pioneiro na legislação que trata da estrutura organizacional do Estado, e portanto o teor do artigo não procede.”

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 189/2005 encontra-se publicado à página 03 do DA nº 066/2005, de 22/06/2005, em Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 065/2005  
PROJETO DE LEI Nº 189/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 189/2005, de autoria do Poder Executivo, vetado pelo Governador do Estado, dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2006.

Nossa Constituição Estadual assim dispõe:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto (...) (grifo nosso)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 23.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Quero informar aos Srs. Deputados que para ser derrubado esse veto do Artigo nº 39, precisa votar com o NÃO! E aqueles que forem favoráveis SIM!

Solicito ao Sr. Carlos Simões a chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quarenta e seis Deputados votaram.

Solicito ao Deputado Duílio Genari, Luiz Accorsi, Nelson Garcia e Hermes Fonseca para o escrutínio dos votos.

Trinta votos para derrubada do veto; quatorze, pela manutenção do veto; dois votos em branco.

**Está derrubado o veto ao Artigo 39.**

Estão em votação os artigos 9º, 10, 29, 44, 51.

Solicito ao Sr. Deputado Carlos Simões a chamada nominal dos Srs. Parlamentares para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

**Procede à chamada nominal para votação.**

Quarenta e seis Deputados votaram, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Convido a Deputada Luciana Rafagnin, os Deputados Antonio Anibelli e Ailton Araújo, para o escrutínio dos votos.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Quero avisar aos Srs. Deputados que a Sessão continua.

Nós temos, ainda, votação, em 3ª Discussão, da EMATER e queria pedir a presença dos Srs. Deputados aqui no Plenário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

Sr. Presidente, quatorze votos NÃO, trinta votos SIM, e dois votos em BRANCO.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Quatorze votos NÃO. trinta votos SIM e dois votos em BRANCO.

Está mantido o veto.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### 3ª Discussão

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/2004, que objetiva transformar a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, em autarquia, sob a denominação de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER. COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2º DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

#### ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 446/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/2005, que dispõe sobre a reestruturação da tabela de Vencimentos e Vantagens do Pessoal Docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, eu solicito verificação de votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, eu solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(**Procede à chamada nominal**)

Trinta e seis Srs. Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Trinta e seis Deputados presentes.

Portanto, há quórum.

Deputados que aprovam, queiram se levantar.

Vinte e quatro Deputados aprovam.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Nove Deputados rejeitam.

**Está aprovado.**

Vamos apreciar emendas aprovadas em 2ª discussão.

Em votação a emenda, ressalvado o projeto.

**Aprovada.**

### 2ª Discussão

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que institui o Prê-

mio Estadual de Direitos Humanos no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDHCD. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 118/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/2005, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 01, de 02/08/72, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado.**

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Só para registrar que 36 Deputados votaram favoravelmente ao item 04.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Este registro se faz necessário, Sr. Presidente, porque é uma lei complementar e precisa ter maioria absoluta.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está registrado.

Em votação a emenda. **Aprovada.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2005, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, meses de junho e julho de 2005. Resolução nº 003/2004, de 15 de março de 2004. COM PARECERES FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

### 1ª Discussão

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/2003, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que obriga as distribuidoras de combustíveis a colocar lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustíveis e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAIC e CDC. (**Publ. no DA nº 056/2003, de 04.08.2003**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 382/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 382/2003 de autoria do Deputado Vanderlei Iensen tem por designo obrigar as distribuidoras de combustíveis a colocar lacres eletrônicos nos

tanques dos postos de combustíveis e dá outras providências.

Em vista da crescente onda de adulteração nos combustíveis que atualmente ocorre em todo o nosso País, este projeto de lei visa garantir a qualidade de combustível no Estado do Paraná, dificultando a ação dos falsificadores.

Como bem assevera o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado do Paraná, a recente decisão do egrégio Supremo Tribunal Federal, na qual fora discutida a suposta ofensa dos artigos 22, I, II e IV; 5º, XXII e XXIV; e, 170, I e IV, dá azo ao prosseguimento do projeto de lei em análise, tendo em vista o interesse público de defesa do consumidor.

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 382/2003

P A R E C E R :

Para evitar a adulteração dos combustíveis nos postos e garantir a qualidade do produto, em benefício do consumidor, somos favoráveis ao Projeto de Lei nº 382/2003, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que obriga as distribuidoras de combustíveis a colocar lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustíveis.

Entendemos que tal medida dificultaria a adulteração de combustíveis, uma vez que a distribuidora será a responsável pela colocação de lacres nos postos e abertura dos tanques.

Com isso, poderemos responsabilizar as distribuidoras de combustível pelos produtos entregues nos postos, bem como garantir combustível de boa qualidade para a população.

Vale lembrar, ainda, o parecer da Procuradoria do Estado do Paraná, Valiana Wargha Calliari, que afirma que o projeto de lei está em consonância com os princípios constitucionais vez que o direito de propriedade, a livre iniciativa e a livre concorrência devem ser conciliados com a defesa do consumidor (artigo 170 da Constituição Federal).

Sala das Comissões, em 22.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
ANDRÉ VARGAS - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJETO DE LEI Nº 382/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, visa obrigar as distribuidoras de combustíveis a colocar lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustíveis.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e de Defesa do Consumidor, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.10.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR  
PROJETO DE LEI Nº 382/2003

P A R E C E R :

De iniciativa do ilustre Deputado Vanderlei Iensen, o presente projeto, uma vez aprovado, garantirá aos consumidores de combustível a procedência do produto e conseqüentemente a sua qualidade.

Melhor do que remediar é prevenir, exigindo das distribuidoras que seus produtos não sejam passíveis de adulteração pelos postos, pois devem zelar pelo produto que fornecem.

Isto posto, nosso parecer é favorável à aprovação.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente  
AILTON ARAÚJO - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/2004, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que determina que as agências bancárias de atendimento ao cliente tenham obrigatoriamente sanitários públicos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDHCDC. **Aprovado. (Publ no DA nº 102/2004, de 16/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 418/2004

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Ademar Luiz Traiano, dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sanitários públicos em agência bancária de atendimento ao cliente.

**Fundamentação**

É do conhecimento de todos que a prestação dos

serviços bancários muitas vezes impõe aos seus usuários períodos longos aguardando para serem atendidos.

A proposição em tela é declaradamente voltada para o bem-estar dos usuários dos serviços bancários, serviços estes que são prestados em atendimento ao público, sob o prisma do direito do consumidor.

Com tal medida busca-se garantir aos consumidores, como antes dito, que muitas vezes passam período considerável aguardando para serem atendidos, o direito de receber tratamento digno e adequado.

#### **Conclusão**

Diante do acima exposto, somos favorável ao projeto de lei na forma apresentada, viabilizando-se uma tramitação.

Sala das Comissões, em 12.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

#### **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA CIDADANIA E DA DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI Nº 418/2004**

#### **P A R E C E R :**

O presente Projeto de Lei nº 418/2004, objeto desta análise jurídico legislativa, é de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, que determina que as agências bancárias de atendimento ao cliente tenham obrigatoriamente sanitários públicos.

Os estabelecimentos bancários possuem um elevado número de pessoas circulando diariamente. Em razão disso, devem ter o bom sendo e dispor sanitários para seus clientes, para assim melhor atendê-los, de igual forma a outros estabelecimentos comerciais, levando-se em conta que os bancos auferem lucros bem acima da média de outras atividades econômicas.

Em sendo assim, opinamos favoravelmente à constitucionalidade e legalidade da matéria em epígrafe.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.2005.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

#### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2417 e 2418 de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2420, de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

#### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 250, 394/2004; dos Projetos de Lei Complementar nºs 118 e 351/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 252, 383/2003; 418/2004; 200 e 428/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos e Lei nºs 221/2003, 005, 337, 441, 445, 454, 468 e 476/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 032/2005.

Levanta-se a Sessão.